EMENDAS RECEBIDAS PARA PUBLICAÇÃO

(Retiradas pelos respectivos autores durante a 202ª SE, de 21 de dezembro de 2023)

EMENDA Nº 119 AO PROJETO DE LEI N° 586/2023

"Pela presente, e na forma do art. 271 do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO alteração do Projeto de Lei n° 586, apresentado pelo Poder Executivo em 04 de outubro de 2023, para que seja INCLUÍDO, onde couber, os artigos com a seguinte redação:

"Art. ____Alteração do zoneamento do lote F0175, quadra F079, setor 306 de ZDE 2 para ZEPEC-APC, referente ao endereço Rua Samaritá, 1040 onde se encontra o Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba Unidos do Peruche".

São Paulo, 20 de dezembro de 2023.

Às comissões competentes.

Vereadora Jussara Basso (PSOL)

Justificativa

O Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba Unidos do Peruche, criado na década de 1950, é uma das mais tradicionais escolas de samba da cidade de São Paulo.

A Sociedade Recreativa Cultural e Beneficente Unidos do Peruche foi fundada por moradores do Parque Peruche e Vila Espanhola, que desfilavam em diversas agremiações da época. Seus fundadores decidiram fundar um bloco de foliões no Parque Peruche, surgindo assim a Sociedade Esportiva Recreativa Beneficente Unidos do Parque Peruche, que contava com o apoio de times de futebol da região, que emprestavam instrumentos, assim como do Clube de Lojistas da Lapa. Entretanto, esse apoio não acompanhou o crescimento da escola. Com a oficialização dos desfiles, pela Prefeitura de São Paulo, no ano de 1967, a escola perdeu apoio e começou a encontrar dificuldades, levando-a para fora do seu bairro de origem, onde se encontra hoje.

Além de ser uma das principais escolas de samba de São Paulo, a Peruche também é reconhecida pelo seu belíssimo time de compositores e intérpretes, que conta com figuras como Eliana de Lima e Jamelão em seus quadros históricos. A escola venceu cinco vezes o grupo principal do carnaval paulistano, nos anos de 1957, 1962, 1965, 1966 e 1967.

Atualmente a Escola tem seu barracão situado no endereço supracitado e, assim como diversas escolas de samba paulistanas, tem nesse espaço o funcionamento de sua memória e história cultural. Ressalta-se que o local é reverenciado pela comunidade que a constrói devido a matrizes quilombolas que ali se estabeleceram e até hoje resistem em manter sua história viva. Assim, deve ser mantida no local e valorizada enquanto patrimônio cultural, enquadrando-se como ZEPEC-APC.

Diante do exposto e dada a importância da Peruche para a história da cultura do Município de São Paulo, conto com o apoio dos nobres vereadores para aprovação da presente emenda."

EMENDA Nº 120 AO PROJETO DE LEI N° 586/2023

"Pela presente, e na forma do art. 271 do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO alteração do Projeto de Lei n° 586, apresentado pelo Poder Executivo em 04 de outubro de 2023, para que seja INCLUÍDO, onde couber, os artigos com a seguinte redação:

"Art. ____ Os setores dentro das quadras onde se encontram parques urbanos e/ou lineares determinados pelo Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e pelo Código ANEXO II DA LEI Nº 17.975/2023; Quadro 7, Parques Municipais existentes e propostos (Lei nº 17.975/2023) definidos como ZEPAM, APP ou em processo de transição, e os lotes lindeiros a esses parques deverão ser classificadas como ambientais, ou seja: ZCORa, ZMa, ZCa, ZERa, ZPRa, ZEUPa, ZEUa e ZEISa."

"Art. ____ Nas localidades onde se encontrem quadras alagáveis de acordo com o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres e pelo Código ANEXO II DA LEI Nº 17.975/2023; Quadro 7, Parques Municipais existentes e propostos (Lei nº 17.975/2023) e que estejam dentro dos perímetros das Macrozonas de Expansão Urbana sejam classificadas como ZEUa e ZEUPa garantindo a segurança dos munícipes, de seus imóveis, a mobilidade plena de veículos e pedestres."

São Paulo, 19 de dezembro de 2023.

Às comissões competentes.

Vereadora Jussara Basso (PSOL)

Justificativa

Atendendo a reivindicações dos movimentos e grupos de moradores do Butantã vinculados à Rede Ambiental, que visam a adequação da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) a um planejamento urbano capaz de unir o desenvolvimento e expansão da cidade com a preservação e conservação ambiental e, sendo tais argumentos compatíveis com a defesa ambiental e de moradia digna que este gabinete faz, considera-se de importante relevância a aprovação dos referidos artigos.

Essa emenda tem como objetivo a proteção das quadras onde estão situados parques, APPs, ZEPAM e ZEP, entendendo que os lotes que não compõem as áreas verdes e hídricas devem contribuir para o funcionamento e não a obstrução dos processos da natureza.

Esses lotes lindeiros, por produzirem pressão urbana, já que estão encostados nas ZEPAMS, APPS, ZEP, e parques, sem barreiras tais como ruas, rodovias, avenidas, exigem a aplicação da legislação especial prevista tanto no PDE como na LPUOS de ZMa, ZCORa, utilizadas atualmente em pouquíssimas áreas de preservação, com a marcação adequada.

Essas considerações estão baseadas no artigo 10º do PDE lei nº16.050, de 31 de julho de 2014:

A Macrozona de estruturação e Qualificação Urbana, situada integralmente na Zona Urbana, apresenta grande diversidade de padrões de uso e ocupação do solo, desigualdade socioespacial, padrões diferenciados de urbanização e é a área do Município mais propícia para abrigar os usos e atividades urbanos.

No parágrafo segundo sobre "Os objetivos da Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana", temos no Inciso I – promoção da convivência mais equilibrada entre a urbanização e a conservação ambiental, entre mudanças estruturais provenientes de grandes obras públicas e as condições de vida dos moradores.

Assim como, na forma de implementar o artigo 268 do PDE:

Inciso I - ampliar a oferta das áreas verdes públicas

Inciso III - recuperar as APP

Inciso V - promover a interligação entre os espaços livres e áreas verdes de importância ambiental regional, integrando-os através de caminhos verdes e arborização urbana;

Inciso VI - compatibilizar, nas áreas integrantes do sistema, os usos de áreas verdes com conservação ambiental

No artigo 129, as Áreas de Preservação Permanentes, APPs, são as porções do território, protegida nos termos da legislação federal específica, revestida ou não com cobertura vegetal, com função ambiental de preservar os recursos hídricos, a permeabilidade do solo, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas

Para garantir as APPs, ZEPs, ZEPAM e parques (prevista na Lei Federal n. 12.651/2012) cumpram essas determinações do PDE, as quadras onde estão situadas e têm como fronteira direta, ou seja, lindeiras com ZM, ZCOR, ZC, ZMIS, ZER, ZPR e ZEIS devem ser colocadas restrições de forma a amortizar a pressão urbana e salvaguardar os processos ambientais, ou seja, como Zonas Ambientais, ZMa, ZCORa, ZCa, ZMISa, ZRa e ZEISa.

No que diz respeito ao segundo artigo a ser inserido, referente à modificação das Zonas de Expansão Urbana (ZEU) para Zonas de Expansão Urbana Ambiental (ZEUa), justifica-se sua necessidade na medida em que ao se impermeabilizar o solo de áreas lindeiras a áreas de proteção ambiental, com grandes edifícios, aumentam-se os riscos de enchentes e alagamentos, que poderão colocar em risco os munícipes moradores, o livre trânsito de todo tipo de veículos e os próprios imóveis com alagamentos em garagens e andares térreos."

EMENDA Nº 121 AO PROJETO DE LEI Nº 586/2023

"Pela presente, e na forma do art. 271 do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO alteração do Projeto de Lei n° 586, apresentado pelo Poder Executivo em 04 de outubro de 2023, para que seja INCLUÍDO, onde couber, artigo com a seguinte redação:

"Art. ____ Alteração dos lotes 0061, 0060, 0059, 0058, 0057, 0166, 0083, 0084, 0096, 0097, 0055, 0056, 0013, 0330, 0329, 0015, 0016 da quadra 068, setor 081, situados a rua Djalma Coelho, de Zona Mista para Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) 3."

São Paulo, 29 de novembro de 2023.

Às comissões competentes.

Vereadora Jussara Basso (PSOL)

Justificativa

A partir da análise do perímetro dos bairros Vila Beatriz, Ida e Jatai, constatou-se nos referidos SQLs a presença de moradias de baixa renda consolidadas que deverão ali se manter, visando a diversidade do bairro e proteção das famílias que ali vivem. Por esta razão, requeremos a mudança de referidos lotes de Zona Mista para Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) 3 no Projeto de Lei 586/2023."

EMENDA Nº 122 AO PROJETO DE LEI N° 586/2023

'Pela presente, e na forma do art. 271 do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO alteração do Projeto de Lei n° 586, apresentado pelo Poder Executivo em 04 de outubro de 2023, para que seja INCLUÍDO, onde couber, artigo com a seguinte redação:

"Art. ____ Alteração das quadras 051, 058, 079, e 080, do setor 005, do Distrito Sé, de Zona de Centralidade (ZC) para Zona de Ocupação Especial (ZOE)."

São Paulo, 29 de novembro de 2023.

Às comissões competentes.

Vereadora Jussara Basso (PSOL)

Justificativa

O Beco dos Aflitos, no qual se situa a Igreja dos Aflitos – tombada pelo processo n. 20125/1976 da cidade de São Paulo – apresenta notório valor patrimonial para os movimentos negros da capital. Há anos tal patrimônio, ainda que tombado, vem sofrendo com descaso do Poder Público, uma vez que atividades comerciais, de estacionamento, entre outras, funcionam em sua área envoltória, contribuindo para a descaracterização do monumento. A própria Igreja já foi depredada e vandalizada, e seus acessos sofrem com constantes bloqueios por carros e

caminhões de carga, uma vez que os lotes do entorno do Beco dos Aflitos são, em sua grande maioria, depósitos das lojas de varejo da região.

Caracterizar as quadras no entorno da Igreja/ Capela dos Aflitos como Zona de Ocupação Especial (ZOE) é de extrema importância e urgência, uma vez que o Beco dos Aflitos apresenta características únicas que precisam ser preservadas diante da expansão do comércio predominantemente asiático que caracteriza a região. No entanto, é preciso valorizar o patrimônio negro que ali se localiza, reservando as quadras para as ações e atividades patrimoniais que enaltecem este patrimônio, como por exemplo o restauro da Capela dos Aflitos que já está em processo de realização pela Curia Católica, e o Memorial dos Aflitos, que será construído contiguo à Capela já tendo sido aprovado pela Secretaria Municipal de Cultura[1].

Tal caracterização também permitirá que se construa futuramente um Plano de Intervenção Urbana capaz de valorizar ainda mais a cultura negra no bairro da Liberdade (que assim se denomina devido a resistência à escravidão), contribuindo para a preservação de sua história e memória, que vem sendo apagada diante do crescimento turístico da cultura asiática, que deve manter seu crescimento e valorização, mas que devemos, enquanto representantes da população estar atentos para que as diversas culturas sejam representadas e valorizadas no território paulistano, em equilíbrio, não permitindo que o crescimento de uma aconteça em detrimento da outra, sobretudo a cultura negra.

_____

[1] Cf.: https://www.capital.sp.gov.br/noticia/secretaria-municipal-de-cultura-seleciona-projetos-para-a-construcao-do-memorial-dos-aflitos"

EMENDA Nº 123 AO PROJETO DE LEI N° 586/2023

"Pela presente, e na forma do art. 271 do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO alteração do Projeto de Lei n° 586, apresentado pelo Poder Executivo em 04 de outubro de 2023, para que seja INCLUÍDO, onde couber, artigo com a seguinte redação:

"Art ___: Fica instituída a categoria de ordenamento territorial intitulada Zona Especial de Interesse Social de Valor Econômico Ecológico (ZEISZEE), podendo ser chamada de ZEIS Ambiental, destinada a zonas de ZEIS consolidadas que se situam junto à Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM) e Zonas Especiais de Preservação (ZEP).

I - As ZEIS-ZEE permitem a intervenção dos órgãos da Prefeitura Municipal de São Paulo e do Estado de São Paulo relacionados à infraestrutura e ao meio ambiente em perímetros de ZEIS que atualmente encontram-se irregulares e sem permissão de intervenção pelo Plano Diretor Estratégico e pela Lei de Parcelamento e Uso do Solo vigentes por estarem situados em zonas de preservação (ZEPAM E ZEP).

II - Os órgãos referidos no inciso I desse artigo poderão trabalhar em formato de parcerias e convênios com empresas da iniciativa privada ou instituições do terceiro setor de reconhecido conhecimento técnico e experiência comprovada no âmbito de inovação em tecnologias ambientais, obedecendo normas, regras, licenciamento ambiental e toda e qualquer normativa que permita, ao mesmo tempo, a garantia de moradia digna aos habitantes das áreas de que tratam esse artigo, sobretudo em áreas periféricas, e a preservação de corpos d'água, flora, fauna, mananciais, córregos, vegetação entre outros aspectos naturais a serem preservados e conservados.

§ Único: As ZEIS-ZEE serão regulamentadas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, em acordo com demais órgãos federais, estaduais e municipais competentes."

São Paulo, 21 de novembro de 2023.

Às comissões competentes.

Vereadora Jussara Basso (PSOL)

Justificativa

Estabelecer o ordenamento territorial da Zona Especial de Interesse Social de Valor Econômico Ecológico (ZEIS-ZEE), também chamadas de ZEIS Ambiental, vem da urgente tarefa de atender as necessidades e trazer qualidade de vida à população que vive há anos em

precárias condições junto a córregos, nascentes, mananciais e demais zonas de proteção ambiental, sem perspectiva de auxílio ou intervenção estatal devido às características ambientais das áreas que habitam e que devem ser preservadas.

Atualmente esta situação corresponde ao processo de ordenamento territorial mais complexo da cidade, uma vez que o Estado não pode interferir em áreas de preservação ambiental levando a elas infraestrutura permanente. Ao mesmo tempo, por não contarem com infraestrutura adequada, a população que ali habita passa, ainda que involuntariamente, a aumentar os danos ambientais nessas porções preservadas.

A questão já vem sendo debatida há diversos anos por pesquisadores renomados de diversas áreas de conhecimento, em especial urbanistas, geógrafos, entre outros técnicos especialistas em habitação de interesse social, como a emérita Prof. Dra. Maria Lucia Refinetti Martins em sua publicação de referência "Moradia e mananciais: tensão e diálogo na metrópole", assim como os demais pesquisadores do Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (LABHAB), os quais apresentam diversas discussões sobre o tema em seu website, em dissertações e em teses de acesso público. A proposta apresentada nesta emenda leva em consideração tal conteúdo, além de outros materiais nacionais e internacionais que tratam da temática da habitação em áreas de preservação.

A situação das famílias que habitam hoje as periferias da cidade de São Paulo e que vivem nas áreas de que trata essa emenda é degradante e dessumana. Os moradores dessas regiões estão há décadas pedindo soluções ao Poder Público que assegurem a elas moradia digna, mas muito pouco tem sido feito e investido para sanar as dificuldades do dia a dia enfrentadas por eles. Como exemplo, podemos citar alagamentos, falta de iluminação, falta de acessos viários, falta de serviços essenciais, falta de esgoto e rede hídrica, além do convívio diário com mau cheiro de esgoto, lixo sem coleta por vários dias, violência e falta de segurança devido a ruas escuras, entre outros problemas que ferem a dignidade humana.

São famílias que vivem às margens do Rio Tietê, no Jardim Pantanal, Vila Seabra, ou junto a outras zonas ambientais de preservação na cidade, na Brasilândia, no Jardim Curuçá, Jardim Helian, Jardim Ângela, entre tantos outros bairros, que há muitos anos reivindicam melhores condições de vida. Não houve, até o presente momento, solução por parte do Poder Público capaz de resolver o complexo problema da moradia em locais de preservação ambiental pela raiz, trazendo o debate político e técnico dentro das instâncias de poder, visando qualificar a moradia na cidade e preservar o meio ambiente dentro da mesma política pública. Posto isso, este Gabinete, traz a necessidade de se incluir na Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo, por meio das ZEIS-ZEEs , uma maneira de atender a essa população.

Em pleno 2023, em que vivemos o momento mais drástico de uma crise climática, que tende a piorar, sem que de fato tenhamos avançado em minimizar danos ambientais ou qualificar de forma visível e quantificável à população os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU para 2030[1]; e tendo claro que a exclusão dessas famílias parte e perdura de ações que hoje conceitualmente temos clareza se tratar de racismo ambiental e negligência à preservação do meio ambiente; e sabendo ainda que há experiências de referência sendo trabalhadas no Brasil em contextos semelhantes, como na Amazônia Legal e em Estados como Rio de Janeiro, Espirito Santo e Minas Gerais, é fundamental que esta emenda seja trazida na presente revisão da LPUOS, como efetiva política que abrirá caminhos outros para de fato solucionar um problema que está posto e sabe-se que não irá ser solucionado em sua inteireza nos próximos anos, ainda que seja mais do que urgente.

_____

[1] Importante destacar que, de forma geral, temos monitorado indicadores dos ODS anualmente, e, ainda que mudanças estejam sendo aplicadas de maneiras positivas, os resultados ainda não atingem percepções importantes a ponto de caracterizar a eficiência e eficácia das políticas públicas aplicadas na vida das pessoas."

EMENDA Nº 124 AO PROJETO DE LEI N° 586/2023

"Pela presente, e na forma do art. 271 do Regimento Interno desta Casa, REQUEIRO alteração do Projeto de Lei n° 586, apresentado pelo Poder Executivo em 04 de outubro de 2023, para que seja INCLUÍDO, onde couber, artigo com a seguinte redação:

"Art. ____ Alteração das quadras 346, 347, 351, 368, 290, 129 do setor 081, do distrito de Alto de Pinheiros, para Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM)."

São Paulo, 29 de novembro de 2023.

Às comissões competentes.

Vereadora Jussara Basso (PSOL)

Justificativa

A área da qual trata a presente emenda ao Projeto de Lei 586/2023 situa-se em uma região de nascentes, contando com aproximadamente 19 delas, as quais são preservadas pelas atividades do Coletivo Vila Beatriz, Vila Ida e Jatai, composto por moradores da localidade, que faz cura da Horta das Corujas entre outros trechos. O Coletivo apresentou um estudo para este mandato, onde localiza as nascentes da área.

Ele também realiza uma caminhada pelo bairro, que apresenta aos visitantes e moradores o potencial ambiental da região. Neste sentido, devido às visitas e estudos, o bairro já é considerado um ECOBAIRRO desde 2016, reconhecido internacionalmente, e merece a atenção desta casa legislativa, que está apresentando proposta de modificar a região permitindo a Expansão Urbana para dentro do referido trecho.

Portanto, com base nos estudos técnicos sobre a região, constatando-se a necessidade efetiva de preservação das nascentes e seus entornos de construções de elevado teor de impacto ambiental, além da análise do material enviado a este Gabinete pelo Coletivo Vila Beatriz, Vila Ida e Jatai, considera-se de elevada importância que as quadras mencionas sejam modificadas de zoneamento para Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), juntamente com a preservação de suas quadras do entorno como Zona Mista conforme Lei de Permanência, Uso e Ocupação do Solo vigente (Lei n. 16.502/2016).

Para melhor embasar a justificativa da presente emenda ao Projeto de Lei n° 586, seguem anexos dois documentos elaborados por moradores da região que detalham as informações expostas acima."

- Anexo da Emenda nº 124 ao PL 586/2023: 096719822

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 15/01/2024, p. 246

Para informações sobre o projeto referente a este documento, visite o site www.saopaulo.sp.leg.br.

Somos um coletivo de moradores, trabalhadores e amigos das Vilas Beatriz, Ida e Jataí (Be.I.Ja) — bairros do distrito do Alto de Pinheiros, subprefeitura de Pinheiros, zona Oeste da cidade de São Paulo.

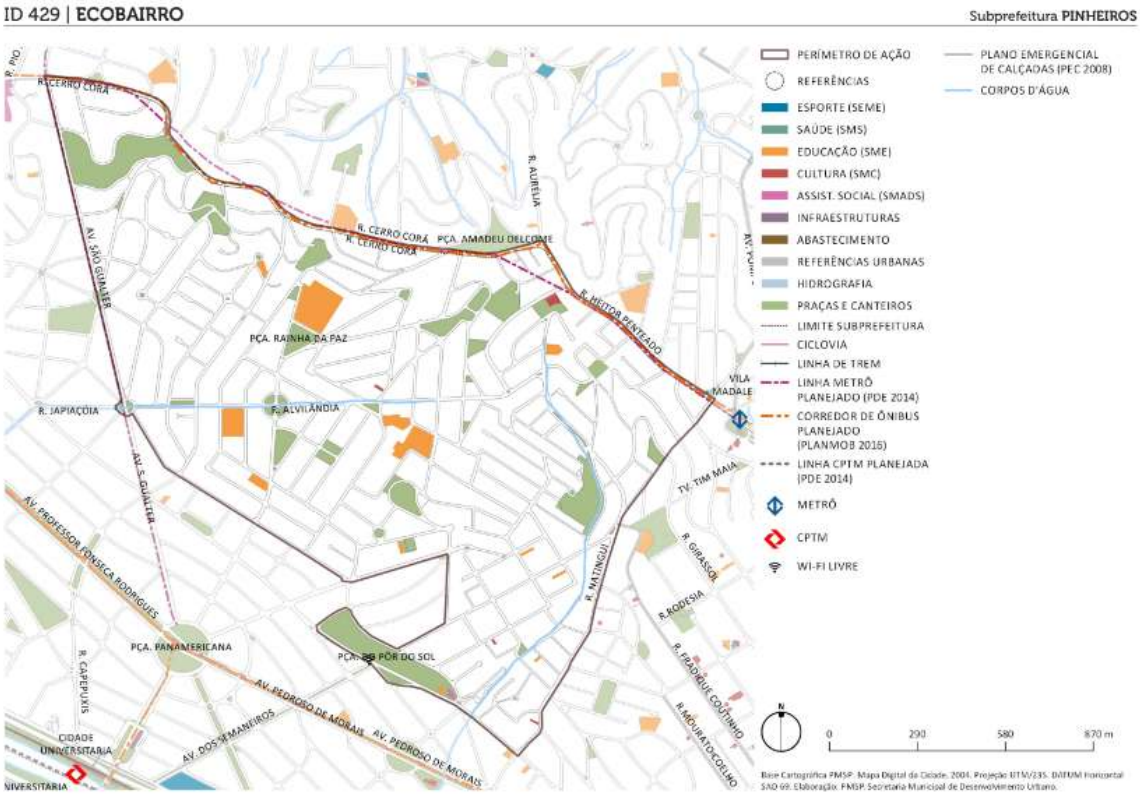
Com relação à revisão da Lei do Zoneamento em tramitação na Câmara Municipal, queremos que o perímetro, as características e os corredores internos de nosso território não sofram qualquer alteração e sejam mantidos como ZPR - Zona Predominantemente Residencial.

O objetivo de uma revisão é corrigir o que está errado e preservar o que está no caminho certo.

E assim entendemos nosso modo de vida que valoriza a natureza e se apoia em práticas comunitárias:



Desde 2O16 somos reconhecidos como ECOBAIRRO no âmbito da Lei do Zoneamento. Em nosso Plano Regional consta essa condição na Ação ID 429 do Plano Regional da Subprefeitura de Pinheiros. Link **https://bit.ly/plreg2016**



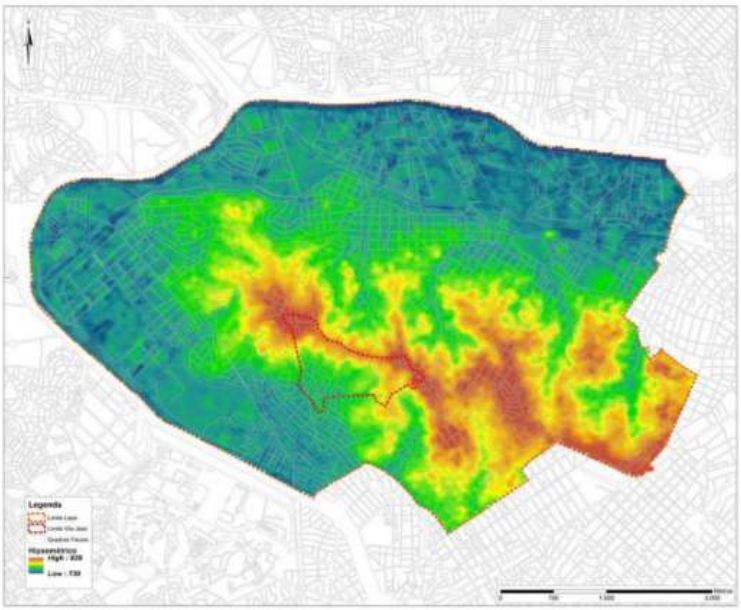
Recursos hídricos e Topografia: boa parte de nosso território é limitado pelo espigão, parte mais elevada, das ruas Cerro Corá e Heitor Penteado.

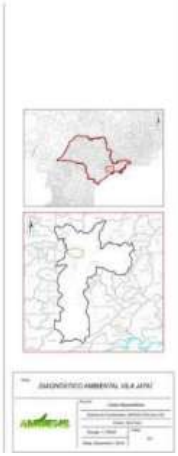
A construção de edifícios de grande porte, com garagens subterrâneas, afeta diretamente as nascentes e lençóis freáticos. Julgamos que pessoas conscientes da emergência climática não devem permitir maior verticalização nessas regiões.

Nossas encostas abrigam um anfiteatro de nascentes apesar de constarem, por equívoco, como Eixo de Estruturação Urbana, mesmo estando em área de captação de água.

Trata-se de uma região com **declividade alta e média**, com forte presença de área verde, cortada por ruas estreitas, algumas em formato curvo e sinuoso.

Reproduzimos abaixo, parcialmente, texto do nosso Plano Regional para melhor compreensão:





Considerando as características geológico-geomorfológicas das bacias hidrográficas e de suas sub- bacias, foram definidas 4 faixas de interpretação do território. O mapa abaixo é um recorte da área do espigão da cidade e nos exemplifica como podemos identificar essas faixas.

Faixa - 1 (vermelha) – inclui o Espigão Central, com altitudes entre 795-849m e declividades suaves. Visando a manutenção dessa região como área de recarga de aquíferos, deverão ser restritas atividades econômicas potencialmente contaminadoras tais como postos de combustíveis, oficinas mecânicas e indústrias químicas. Especial atenção deve ser dada ao uso de pavimentações que promovam o aumento da permeabilidade do solo. A posição topográfica desta zona qualifica estes terrenos como de relevante interesse paisagístico. Assim, a construção de novos edifícios deve considerar alturas mais baixas e térreo com pé direito alto vazado, visando a manutenção dessa área como mirante. Recomendamos também a criação de mirantes para a apreciação da vista e a preservação das áreas permeáveis locais como praças e terrenos ociosos.

Faixa - 2 (amarela) – representa a faixa de escarpas ravinadas ao longo do Espigão Central, com altitudes entre 770-795m e altas declividades. Nesta zona encontramos uma série de cabeceiras de drenagens e nascentes a elevadas declividades.

Representam, naturalmente, áreas de potencial risco geológico, necessitando, no que diz respeito a forma de ocupação e métodos construtivos, a preservação dos remanescentes de mata que auxiliem na contenção de deslizamentos e na manutenção da permeabilidade e no plantio de novas espécies nativas. Sugerimos a proteção e a não construção nas cabeceiras de drenagens e nascentes, restrição de atividades econômicas potencialmente contaminadoras, bem como especial atenção na forma de ocupação e métodos construtivos no entorno destas, considerando as elevadas declividades desta área. Especial atenção deve ser dada ao uso de pavimentações que promovam o aumento da permeabilidade do solo, visando a manutenção desta região como área de recarga de aquíferos. Sugerimos também que as nascentes se tornem polos de captação de água local e que sejam áreas destinadas à monitoria da água, devendo ser efetivadas parcerias com moradores locais no sentido de estimular esses processos para ajudarem na preservação das águas. Os terrenos ociosos com nascentes nestas áreas devem ser preservados integralmente.

Faixa- 3 (verde) – Representa a faixa de transição entre a escarpa e a planície de inundação do rio Pinheiros, englobando altitudes entre 770 e 745m e com declividades mais suaves. Em relação à fragilidade natural desses ambientes, as faixas 3 e 4 pela sua conformação geomorfológica representam zonas de menor fragilidade e restrições de ocupação, ao contrário das Faixas 1 e 2. Mesmo assim, devem ser considerados cuidados com a manutenção e/ou ampliação das condições de permeabilidade desses terrenos, visando a diminuição do escoamento superficial e do risco de inundações localizadas.

Faixa- 4 (azul) – representa a zona inserida na planície de inundação do rio Pinheiros, com altitudes entre 745-730m e baixas declividades. Nestas áreas, o risco de alagamento é alto e a relação e interdependência dela com as demais faixas deve ser considerada. Nelas encontramos os leitos dos rios urbanos e recomendamos que se tornem parques lineares.

A comunidade das Vilas Be.I.Ja se estrutura em **Grupos de Trabalho (GTs)**, de acordo com as questões e problemas que enfrentamos. Alguns GTs são permanentes, enquanto outros temporários. Elencamos abaixo os principais, de caráter permanente:

GT ÁGUAS

Reflete sobre a questão da água, especificamente nascentes, córregos e rios. Monitora o estado de nascentes e cursos d'água em nosso território. Interage com outros coletivos e está inserido no debate regional/nacional sobre o tema.

Dele fazem parte as iniciativas Monitoramento do Córrego das Corujas (medição periódica do nível de qualidade da água do córrego; sensibilização para o tema em escolas da região; ações de visitação ao córrego); caminhada das Nascentes (organiza, mobiliza e conduz visitas às nascentes e percorre o trajeto dos córregos); e PL das Águas (grupo de estudo que reflete sobre propostas para projeto de lei de proteção das nascentes da cidade e Estado de SP).

GT ALIMENTAÇÃO

Reflete e atua sobre as boas práticas relacionadas à alimentação. Neste GT estão reunidas as iniciativas XEPA, PANCs e Mesa Comunitária.

GT ÁREAS VERDES

Reflete sobre temas relacionados às áreas verdes dos bairros, ao meio ambiente e à sustentabilidade, explorando iniciativas como composteiras comunitárias, jardins permeáveis e de chuva, manutenção de árvores, melhoria do solo, entre outras.

GT ARRAIÁ DAS VILAS

Responsável pela organização da Festa Junina das Vilas. Está subdividido em várias frentes como Mesa Comunitária, Lixo Zero, Barraca do Bairro, Infra, Fogueira, Decoração, Brincadeiras, Comidas e Bebidas, entre outras.

GT ARTE E CULTURA

Tem como objetivo fomentar e/ou desenvolver iniciativas que deem visibilidade à arte e à cultura – realizadas por artistas das Vilas ou não -, promovendo e divulgando eventos de todas as expressões que acontecem dentro e fora de nosso território.

GT ARTICULAÇÃO

Reúne representantes de cada GT com o objetivo de manter os grupos de trabalho informados sobre as ações de cada um, discutir novas propostas, deliberar sobre temas que estejam em foco, promover a sinergia entre as iniciativas e potencializar o movimento do coletivo como um todo.

GT COMUNICAÇÃO

Realiza a curadoria de conteúdo para os canais de diálogo do coletivo, divulgação das ações planejadas pelos GTs e planejamento da comunicação do coletivo como um todo.

GT ESCOLAS

Atua diretamente nas escolas das Vilas divulgando e sensibilizando jovens e crianças sobre as iniciativas e temas de reflexão do coletivo. Quando solicitado, também interage com escolas além-território. E, em situações especiais, pode ampliar sua atuação interagindo com outros públicos de interesse.

GT NEGÓCIOS LOCAIS

Reúne pequenos comerciantes e prestadores de serviços das Vilas com o objetivo de valorizar os negócios locais e, ao mesmo tempo, fomentar uma atitude responsável.

GT PLANO DE BAIRRO

Promove a reflexão e debate sobre macro temas relacionados às Vilas como zoneamento, mobilidade, iluminação, diversidade social, comércio local, conselhos participativos, calçadas, bem estar, entre outros.

GT RESÍDUO ZERO

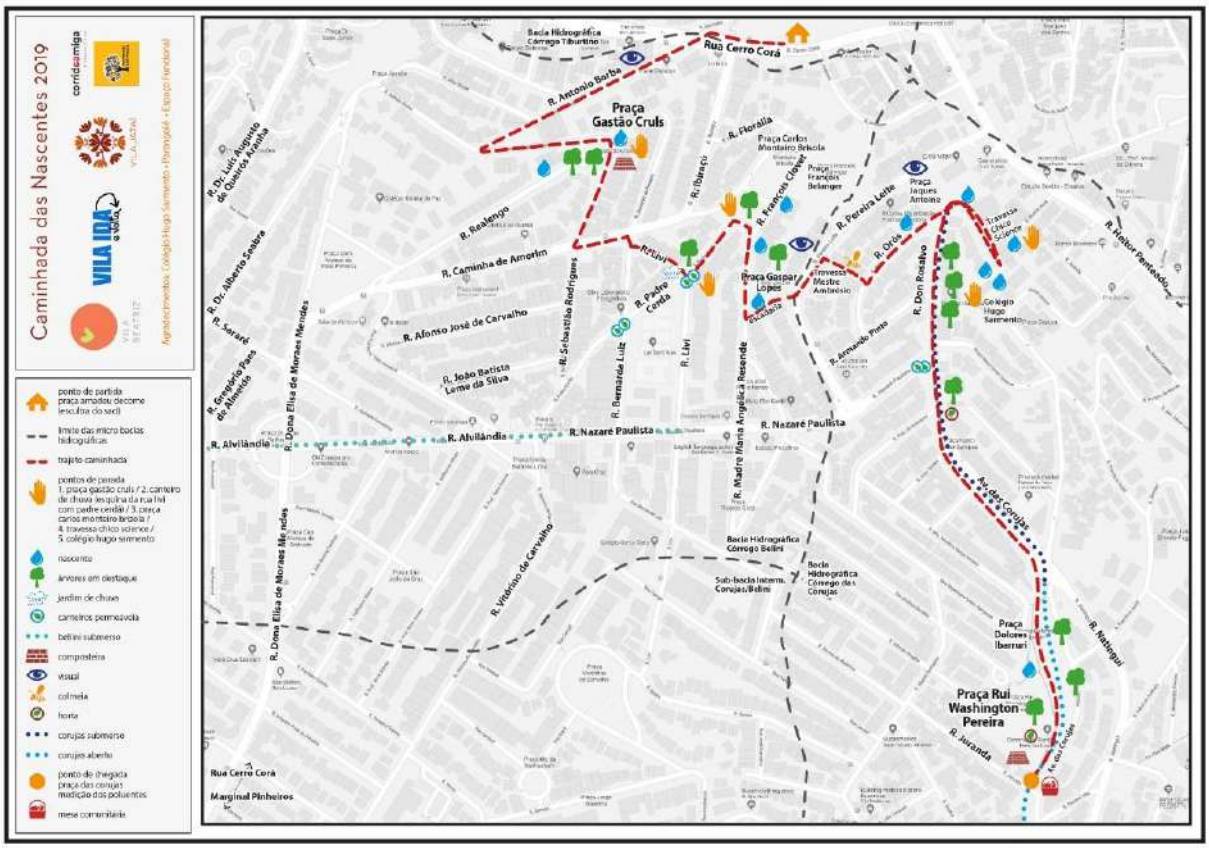
Reflete e executa iniciativas que promovem o consumo consciente e gestão do lixo. Atua de maneira intensiva com campanhas contra o uso de plásticos, lixo zero no Arraiá das Vilas e Semana Lixo Zero.

GT SEGURANÇA

Atua em temas da segurança nas Vilas e participa das reuniões do CONSEG na região da subprefeitura de Pinheiros.

Iniciativas dos últimos anos

Já realizamos várias edições da **Caminhada das Nascentes**, com mais de 200 pessoas em cada uma, por um trajeto com 16 ou 19 nascentes de nosso território, seguindo a imagem do trajeto que utilizamos em 2019.



Fazemos o **monitoramento periódico e constante das águas de nosso território**, como as do Córrego das Corujas, aberto na região da Vila Beatriz





Em 2014 criamos o nosso primeiro **“Arraiá Comunitário”, totalmente organizado pelos próprios moradores**. Em 2023 chegamos à nona edição. Na pandemia realizamos eventos virtuais, adaptando-nos às circunstâncias.. Vale observar que, desde a primeira edição, aprimoramos o conceito de LIXO ZERO - sem plástico e isopor - com forte teor educativo, especialmente para as crianças.





Desde dezembro de 2017, em regulares encontros dominicais, **já compostamos quase 54 toneladas de resíduos orgânicos**, evitando a sobrecarga dos aterros sanitários e gerando adubo de qualidade, que distribuímos a moradores, mas, principalmente, usamos para enriquecer o solo das praças.



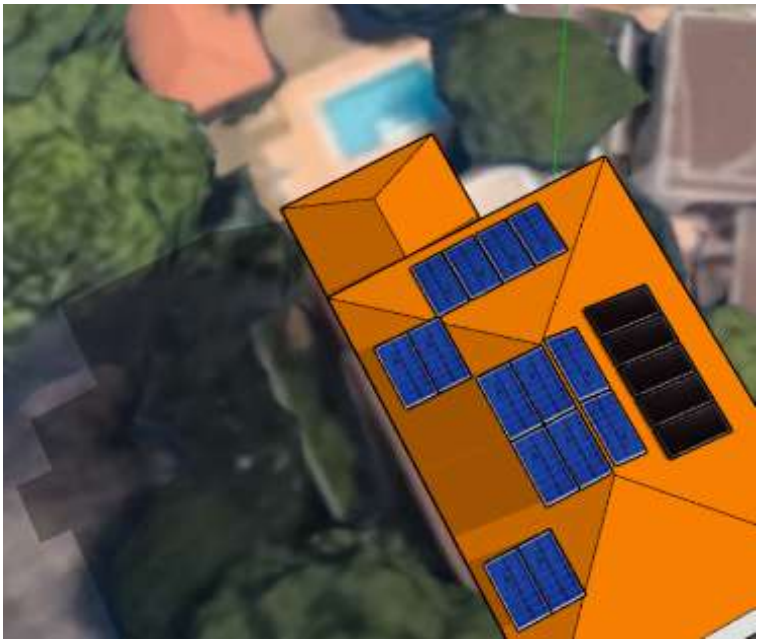
COLETIVO DAS VILAS BEATRIZ, IDA E JATAI

www.coletivodasvilas.com.br

FORA DOS ATERROS SANITÁRIOS (EM KG) *RESÍDUOS:* ***32.140,56*** *FOLHAS:* ***21.833,56*** **TOTAL** **53.974,11**

DATA	DIA DA SEMANA	H	LEIRA	PESS	RESÍDUO ORGÂNICO (KG) (A)	RESÍDUO VEGETAL (KG) (B)	PODA PAREDE (KG)	TEMP LOCAL ºC	T. INT COMP ºC	ODOR (SIM/NÃO)	FOTOS	OBSERVAÇÕES
30/07/23	DOMINGO	10	CORUJAS	36	113,5	73,6	9,3	15,0	44,0	NÃO		COMEMORADO O ANIVERSÁRIO DA VERA ANDRADA
06/08/23	DOMINGO	10	BRISOLA 2	30	122,8	110,0	0,5	21,0	-	-		ABERTURA DE NOVA COMPOSTEIRA (LEIRA 2)
13/08/23	DOMINGO	10	CORUJAS	25	117,1	47,4	12,0	17,0	61,6	NÃO		ANOTAÇÕES DA ROBERTA. COM LULI, MIRA E MAIS GENTE QUERIDA
20/08/23	DOMINGO	10	BRISOLA 2	28	165,6	39,2	14,1	18,0	48,0	NÃO		ANOTAÇÕES DA LULI
27/08/23	DOMINGO	10	CORUJAS	19	169,5	26,0	0,0	12,0	66,4	NÃO		ÚLTIMA COMPOSTAGEM. ANOTAÇÕES DA LULI e ADRIANA
03/09/23	DOMINGO	10	BRISOLA 2	22	216,1	139,9	0,0	24,0	54,0	NÃO		ANOTAÇÕES DA LULI, SONIA E ROBERTA
10/09/23	DOMINGO	10	BRISOLA 2	28	159,4	67,5	6,4	21,0	63,3	NÃO		ANOTAÇÕES DA LULI, ROBERTA E MIMA
17/09/23	DOMINGO	10	BRISOLA 2	29	99,7	32,8	32,8	31,7	66,3	NÃO		ANOTAÇÕES DA LULI (ANIVERSARIANTE), SUA FILHA PATRICIA E ROBERTA
24/09/23	DOMINGO	10	PGC	24	140,1	42,8	0,0	27,0	-	-		RETIRADA DO COMPOSTO **APÓS 147 DIAS** (LEIRA COM **1.771,70 KG DE RESIDUOS E FOLHAS**). ABERTURA DE NOVA LEIRA. ANOTAÇÕES DE LULI E BELA
01/10/23	DOMINGO	10	BRISOLA 2	19	158,1	74,7	0,0	19,0	50,7	NÃO		ANOTAÇÕES DA LULI, JOSE CARLOS E MUITOS AJUDANTES, QUE COMPOSTARAM SOB CHUVA INTENSA.
08/10/23	DOMINGO	10	PGC	32	158,6	78,3	11,1	20,0	36,0	NÃO		ANIVERSÁRIO BELA E PATRICIA. ANOTAÇÕES LULI E SONIA
15/10/23	DOMINGO	10	BRISOLA 2	29	110,8	55,2	11,0	19,0	58,0	NÃO		ANOTAÇÕES DA LULI E BELA.
22/10/23	DOMINGO	10	PGC	21	131,7	22,3	0,0	20,0	44,0	NÃO		ANOTAÇÕES LULI E FLÁVIO. POUCAS FOLHAS
29/10/23	DOMINGO	10	RAINHA 1	32	123,6	81,7	0,0	26,0	-	NÃO		RETIRADA DO COMPOSTO **APÓS 119 DIAS** (LEIRA COM **2.297,24 KG DE RESIDUOS E FOLHAS**). ABERTURA DE NOVA LEIRA NO MESMO LOCAL. ANOTAÇÕES DE LULI E BELA

Em 2020 iniciamos um movimento para a **compra coletiva de energia solar "on grid"** (ligada à corrente elétrica), com a participação de mais de 100 (cem) moradores que investiram nesse processo e seriam prejudicados caso áreas de sombreamento geradas por grandes edificações ocorressem.



Em 2021, fomos considerados **um dos três modelos mundiais a serem replicados, por um consórcio de 360 universidades do mundo todo, coordenadas por Harvard**, pela "Planetary Health Alliance", mostrando a importância de nossas ações para mitigação das mudanças globais e seus impactos sobre a saúde. Há um vídeo publicado por Harvard sobre o assunto em https://bit.ly/premiovilas.



A partir das discussões da revisão do PDE e Zoneamento, **após termos reunido cerca de 170 moradores na praça, realizamos uma pesquisa composta de 30 perguntas com 541 moradores e trabalhadores do território** sobre suas aspirações,. Pelos resultados, 95,6% dos moradores, comerciantes e frequentadores se manifestaram contra a verticalização tal como vem ocorrendo no município. Link: https://bit.ly/tabpesqvilas.





Criamos um abaixo-assinado para adesões ao nosso pleito, atualmente com **quase 7 mil assinaturas**. Link: https://bit.ly/aavilasbeija

Salvar as Vilas Beatriz, Ida e Jataí dos prédios sem limites de altura nos bairros.



6.986 Assinaturas — 7.500 Próxima meta

Apoie já

Essa petição tem chances de conseguir uma vitória! Só precisamos de mais 514. Você pode ajudar?

Dê o próximo passo.

Início 9 de setembro de 2023
Petição para Vereadores de São Paulo

Com muitos moradores antigos, histórias, pequenos negócios locais, festas regionais e ações comunitárias, a região tem forte senso de pertencimento e coletividade. A dinâmica única do território e sua diversidade social sustentam e alimentam uma comunidade ativa.

Ao mantermos as regras do zoneamento de 2016 em nosso território, queremos evitar os principais efeitos negativos da verticalização intensiva, como a piora da qualidade de vida nas áreas mais afetadas, o mau uso e desperdício dos recursos naturais, o avanço do processo de gentrificação que rompe vínculos afetivos e causa desequilíbrio emocional, além de elevar o custo de moradia e de locação comercial e diminuir a diversidade social.

Contamos com as vereadoras e vereadores para que ajudem as Vilas Beatriz, Ida e Jataí a persistirem em sua vocação de Zona Predominantemente Residencial (ZPR), mantendo-se todas as características e perímetros do Zoneamento de 2016, inclusive nos seus corredores internos.

Certos de contar com a vossa compreensão e o vosso apoio ao nosso pleito, nos colocamos à disposição para possíveis conversas e reuniões.

Saudações,

Coletivo das Vilas Beatriz, Ida e Jataí

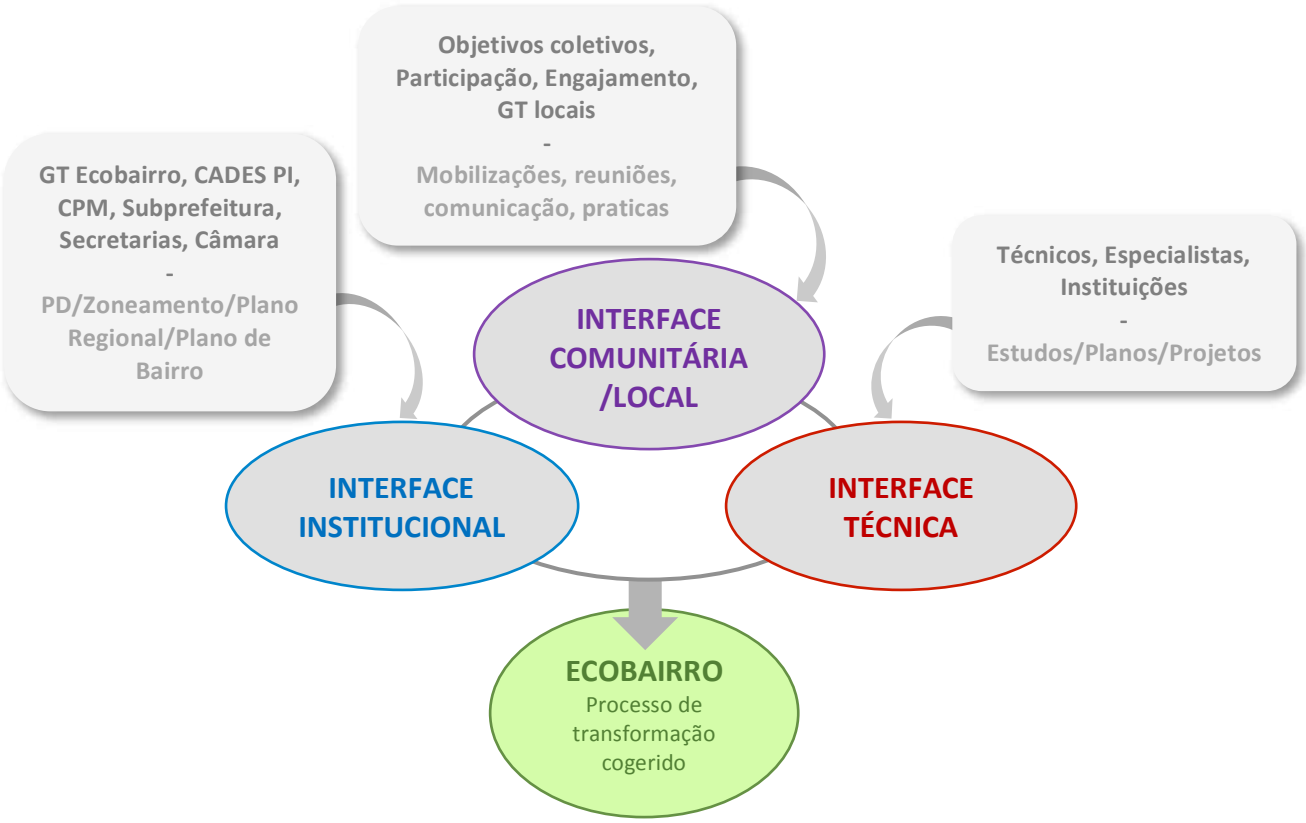
VILA BEATRIZ — VILA IDA e volta — VILA JATAÍ

www.coletivodasvilas.com.br/

PLANO REGIONAL – ALTO DE PINHEIROS – PERÍMETRO ECOBAIRRO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento desse projeto já ocorre desde 2014 na Vila Jataí e, mais recentemente, também na Vila Beatriz, na região Oeste da cidade de São Paulo.
A decisão por um Ecobairro surgiu após uma pesquisa desenvolvida com os moradores e frequentadores locais e hoje é uma bandeira do movimento criado.
A forma de condução dos processos de Ecobairro é desenvolvida a partir da interação de três interfaces: Comunitária/Local, Institucional e Técnica.



- **COMUNITÁRIA / LOCAL** – abrange todos os envolvidos com os interesses locais, em especial os moradores e trabalhadores locais, proprietários e usuários da região;
- **INSTITUCIONAL** – abrange os responsáveis e organismos responsáveis pelas decisões no âmbito público, inclusive suporte para a obtenção de recursos financeiros;
- **TÉCNICA** – abrange os especialistas e instituições com finalidades especificas que podem dar suporte e apoio em diferentes disciplinas, além de suporte para a obtenção de recursos financeiros.

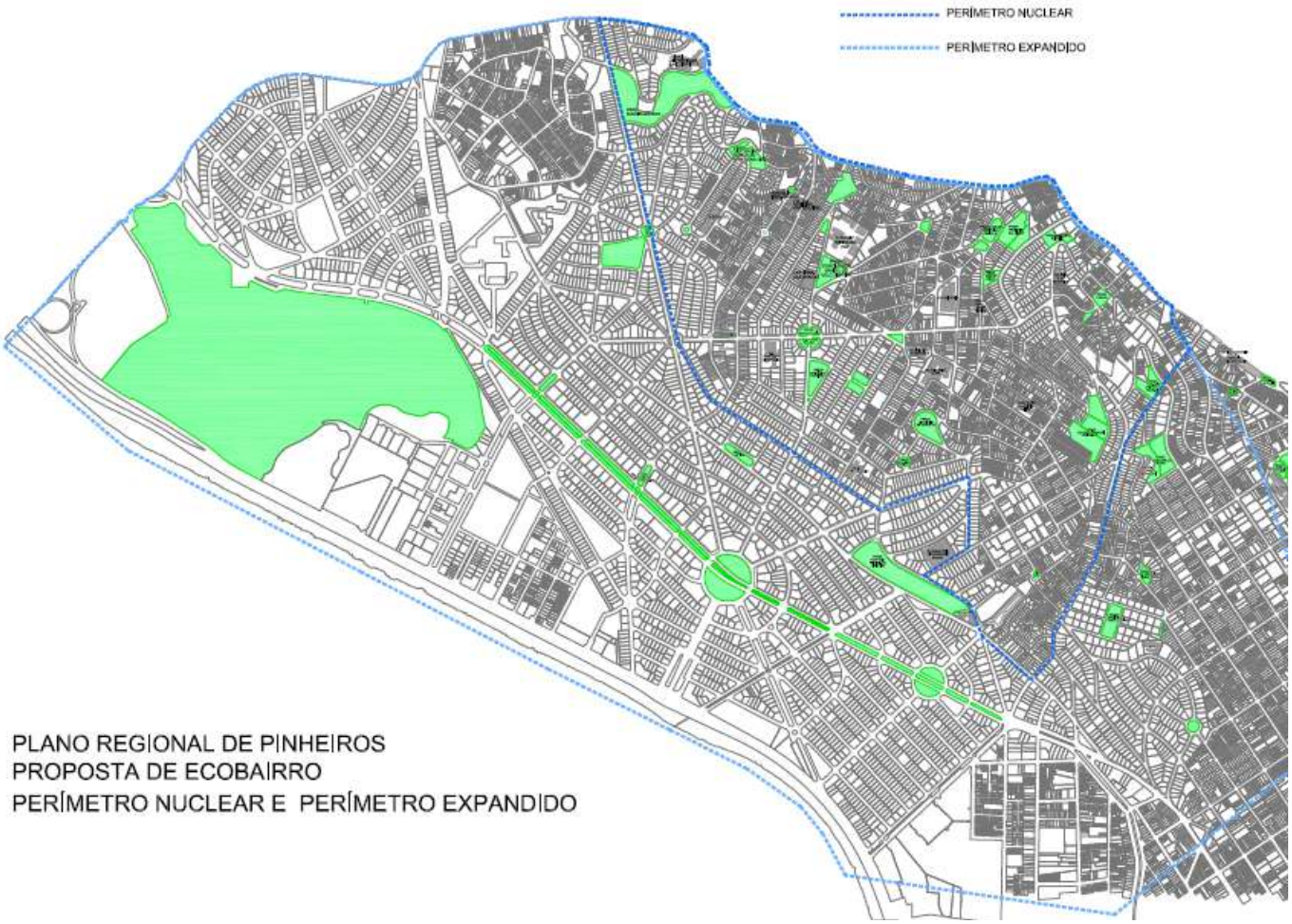
As interações entre as interfaces ocorrem ao mesmo tempo ou de forma direcionada dependendo da etapa ou objetivo em desenvolvimento no processo de Ecobairro.
A ideia é que este seja um modelo piloto a ser implementado em outras áreas da cidade.

DEFINIÇÃO DO PERÍMETRO

A definição levou em consideração prioritariamente os limites das bacias hidrográficas onde estão situadas as comunidades que estão envolvidas nesse processo. O primeiro perímetro definido, denominado “Perímetro Expandido”, refere-se aos contornos da bacia do córrego Belini e córrego das Corujas, somados aos contornos também do Distrito de Alto de Pinheiros, da região da Subprefeitura de Pinheiros.

Entendemos como de fundamental importância a compreensão da cidade de acordo com suas bacias hidrográficas. Essa premissa e a tecnologia a ser replicada em outras áreas urbanas semelhantes é abordada ao longo deste projeto.

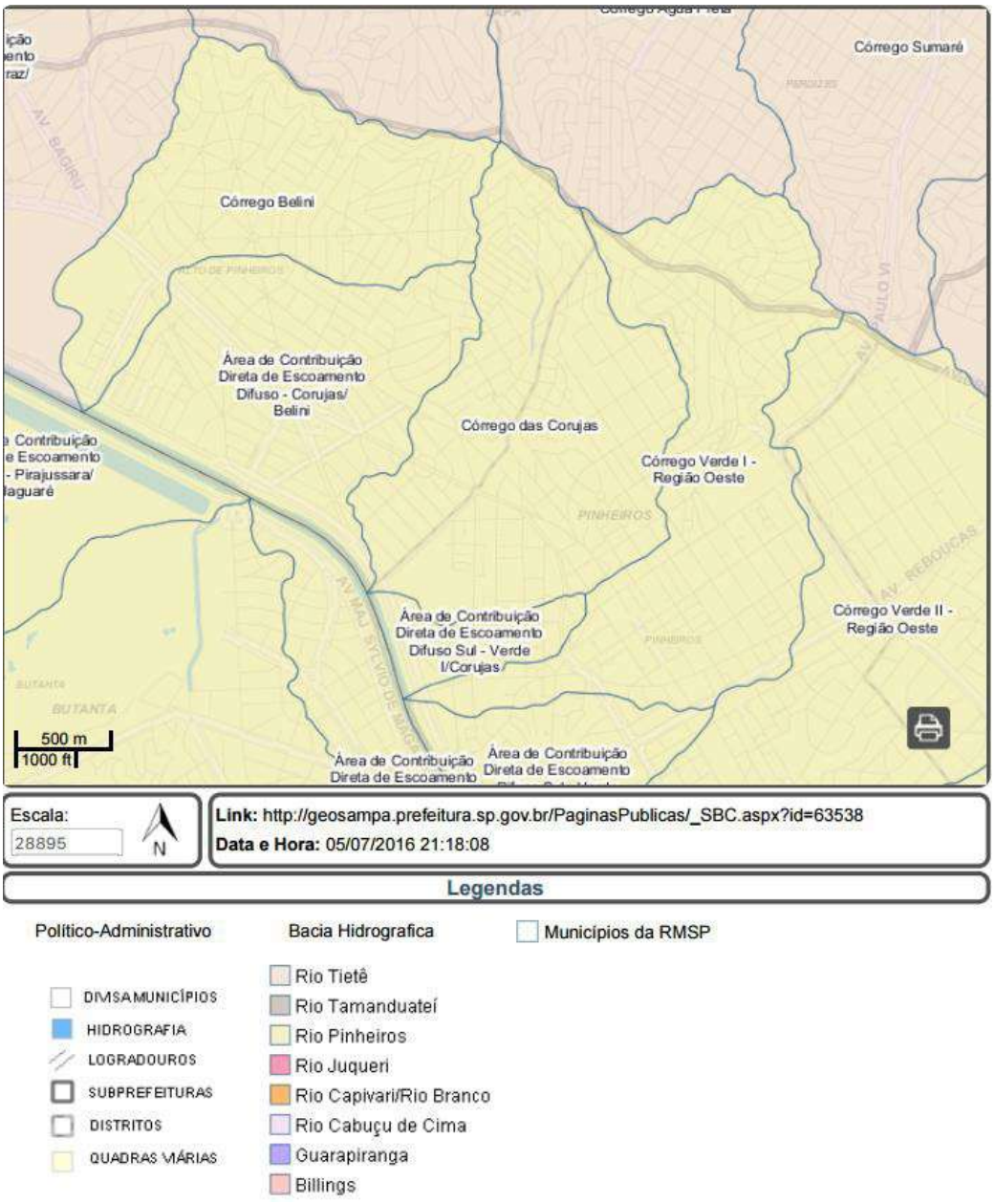
O segundo perímetro, denominado “Perímetro Nuclear”, refere-se ao perímetro do Projeto-piloto caracterizado por contornos aproximados das Vilas Jataí e Beatriz, onde se registra uma significativa concentração de moradores mobilizados e engajados.



BACIAS HIDROGRÁFICAS

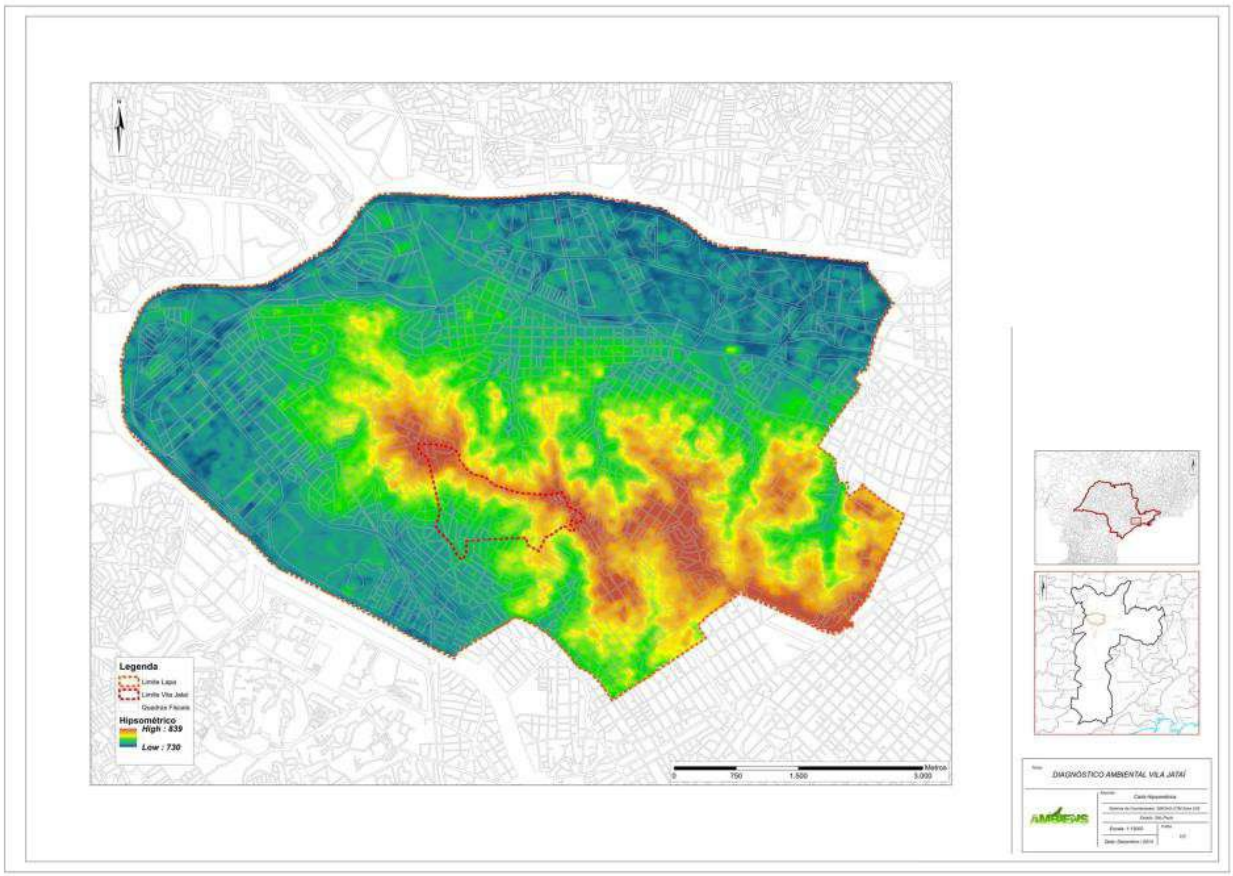
Para que o imaginário de coletividade seja impulsionado, entendemos que o sentimento de pertencimento local seja determinante. O olhar para a cidade de acordo com suas bacias hidrográficas (entendendo-as como perímetros) é uma maneira de compor o espaço urbano, de forma a interpretá-lo dentro de uma lógica pré-determinada, assegurando uma unidade de ação que vai além das relações sociais. Este modo de interpretar, culmina em realizações amplas de transformação e relacionamento com o meio e com a comunidade onde se está inserido, como por exemplo, o propósito de despoluição de nossas águas subterrâneas e nascentes, de proteção dos remanescentes de Mata Atlântica e outras formações de vegetação nativa, que prestam relevantes serviços ambientais, entre os quais a conservação da biodiversidade, o controle de processos erosivos e de inundação, produção de água e regulação microclimática.

O Mapa abaixo mostra algumas das bacias existentes na região e aponta para a possibilidade de delimitações de perímetros já existentes na divisão entre bacias.



FAIXAS DE INTERPRETAÇÃO DO TERRITÓRIO

Considerando as características geológico-geomorfológicas das bacias hidrográficas e de suas sub- bacias, foram definidas 4 faixas de interpretação do território. O mapa abaixo é um recorte da área do espigão da cidade e nos exemplifica como podemos identificar essas faixas.



Faixa - 1 (vermelha) – inclui o Espigão Central, com altitudes entre 795-849m e declividades suaves. Visando a manutenção dessa região como área de recarga de aquíferos, deverão ser restritas atividades econômicas potencialmente contaminadoras tais como postos de combustíveis, oficinas mecânicas e indústrias químicas. Especial atenção deve ser dada ao uso de pavimentações que promovam o aumento da permeabilidade do solo. A posição topográfica desta zona qualifica estes terrenos como de relevante interesse paisagístico. Assim, a construção de novos edifícios deve considerar alturas mais baixas e térreo com pé direito alto vazado, visando a manutenção dessa área como mirante. Recomendamos também a criação de mirantes para a apreciação da vista e a preservação das áreas permeáveis locais como praças e terrenos ociosos.

Faixa - 2 (amarela) – representa a faixa de escarpas ravinadas ao longo do Espigão Central, com altitudes entre 770-795m e altas declividades. Nesta zona encontramos uma série de cabeceiras de drenagens e nascentes a elevadas declividades. Representam, naturalmente, áreas de potencial risco geológico, necessitando, no que diz respeito a forma de ocupação e métodos construtivos, a preservação dos remanescentes de mata que auxiliem na contenção de deslizamentos e na manutenção da permeabilidade e no plantio de novas espécies nativas. Sugerimos a proteção e a não

construção nas cabeceiras de drenagens e nascentes, restrição de atividades econômicas potencialmente contaminadoras, bem como especial atenção na forma de ocupação e métodos construtivos no entorno destas, considerando as elevadas declividades desta área. Especial atenção deve ser dada ao uso de pavimentações que promovam o aumento da permeabilidade do solo, visando a manutenção desta região como área de recarga de aquíferos. Sugerimos também que as nascentes se tornem polos de captação de água local e que sejam áreas destinadas a monitoria da água, devendo ser efetivadas parcerias com moradores locais no sentido de estimular estes processos para ajudarem na preservação das águas. Os terrenos ociosos com nascentes nestas áreas devem ser preservados integralmente.

Faixa- 3 (verde) – Representa a faixa de transição entre a escarpa e a planície de inundação do rio Pinheiros, englobando altitudes entre 770 e 745m e com declividades mais suaves. Em relação à fragilidade natural desses ambientes, as faixas 3 e 4 pela sua conformação geomorfológica representam zonas de menor fragilidade e restrições de ocupação, ao contrário das Faixas 1 e 2. Mesmo assim devem ser considerados cuidados com a manutenção e/ou ampliação das condições de permeabilidade desses terrenos, visando a diminuição do escoamento superficial e do risco de inundações localizadas.

Faixa- 4 (azul) – representa a zona inserida na planície de inundação do rio Pinheiros, com altitudes entre 745-730m e baixas declividades. Nestas áreas, o risco de alagamento é alto e a relação e interdependência dela com as demais faixas deve ser considerada. Nelas encontramos os leitos dos rios urbanos e recomendamos que se tornem parques lineares.

Aderência ao PDE - Plano Diretor Estratégico

Entende-se que estas faixas representam áreas compatíveis àquelas denominadas no PDE como Zonas de Preservação e Desenvolvimento Sustentável, uma vez que, apesar de algumas restrições sugeridas (tais como instalação de empreendimentos potencialmente poluidores geradores de resíduos contaminantes como postos de gasolina, oficinas mecânicas, indústrias químicas), são destinadas à implantação de atividades econômicas adequadas às condições de uso e ocupação do solo e compatíveis às características do meio físico, de modo a impedir a degradação ambiental de áreas do Município.
Cada um desses compartimentos apresenta condições intrínsecas de uma série de processos naturais responsáveis pela evolução e modelamento da superfície do planeta.
A maior parte das observações e preocupações apontadas neste documento consta também de relatórios técnicos e projetos de mapeamentos geotécnicos propostos anteriormente, mas nem sempre considerados ao longo do processo de ocupação da Região Metropolitana de São Paulo, destacando:

- Subsídios para o planejamento do uso do solo urbano para a recuperação de habitações subnormais e áreas degradadas na Grande São Paulo - Carta geotécnica da Região Metropolitana de São Paulo; 1:50.000. São Paulo (IPT. Relatório, 19.817);
- Subsídios geotécnicos para planejamento urbano - Cartografia Geotécnica do Município de São Paulo; 1:25.000. São Paulo (IPT. Relatório, 21.472).

ECOBAIRRO

As ações empreendidas no âmbito do perímetro do Ecobairro, além de integrarem as interfaces no impulso de diálogo e prática do território, também consideram uma visão integral que atende a diversos quesitos de desempenho positivo favorecendo a crescente qualidade de vida para as atuais e futuras gerações.

Nesse sentido, para contribuir com um ambiente urbano mais saudável e permeado pela sustentabilidade, têm-se que transformar as cidades e bairros em Ecobairros em todas as suas dimensões: saúde, educação, relação com a cultura do lugar, economia local e global, em todas as maneiras de comunicação, estabelecendo relações profundas de convivência e política, percebendo que tudo está conectado e deve ser cuidado como se sagrado fosse, até sua base física e os aspectos ecológicos que nela habitam. Além disso, deve-se considerar que as transformações ocorrem nos indivíduos, na sua casa, no seu quarteirão, no seu bairro, alcançando, assim, a cidade.

Abordagem baseada em 8 princípios:

Para o Perímetro Ecobairro será adotada a somatória de critérios organizados em 8 (oito) princípios.

Está se adotando uma abordagem que possa integrar as várias dimensões e quesitos de uma agenda "marrom[1]" e "verde[2]". Isso significa que as demandas atuais e futuras são igualmente prioritárias no desenvolvimento do processo no perímetro do Ecobairro.

Para guiar o propósito e as ações, os oito princípios do Programa Ecobairro[3] serão levados em consideração como ponto de partida para a definição das várias soluções a serem adotadas:

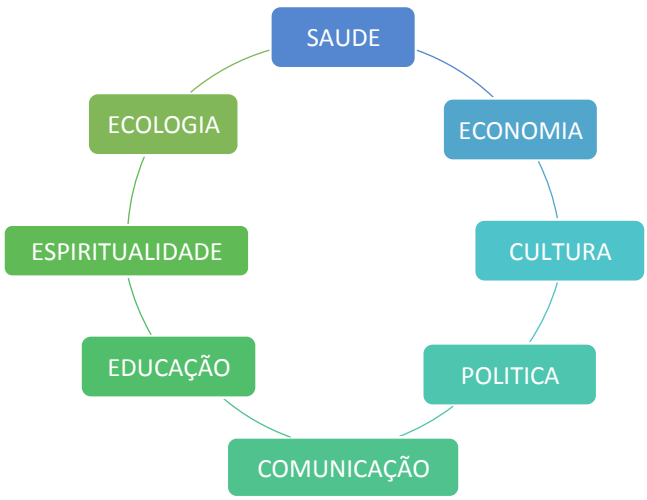


Figura 1 – Princípios do Programa Ecobairro

[1] Agenda marrom foca no atendimento infraestrutura, de edifícios, resíduos e transporte.
[2] Agenda verde composta por soluções focadas no espaço livre, uso sustentável da água e sistemas renováveis.
[3] Programa Ecobairro é uma iniciativa permanente para tornar os bairros lugares melhores para os moradores viverem profundamente uma experiência urbana de qualidade.

PRINCÍPIOS

Ecologia
Fomentar a conexão entre o bairro e seus moradores, concentrando suas atividades na própria região com o objetivo de buscar o uso adequado e a restauração dos recursos naturais de forma a preservar o ciclo da vida.
Saúde
Auxiliar na restauração do equilíbrio do ser, pela reconexão de sua natureza interna e externa, utilizando, de acordo com a necessidade, diversas ferramentas que contribuem para o reconhecimento de si e da sua atuação no mundo.
Economia
Estimular a prática de uma economia de resultados cooperativos e solidários, assim como valorizando-se os recursos locais e da biorregião.
Cultura
Promover a cultura local e também o resgate e a preservação de antigos saberes. Valorizam-se novas expressões culturais como base para o fortalecimento da cultura na comunidade.
Política
Trabalhar na transição para uma gestão local, circular e participativa, na qual os membros da comunidade são encorajados a uma atuação responsável e consciente em prol do bem comum e do exercício da cidadania plena.
Comunicação
Desenvolver o exercício dos vários níveis de comunicação como o individual, interpessoal, intra e intergrupal, totalmente sustentados nos princípios da Cultura de Paz e da não violência.
Educação
Cultivar o processo de auto educação, onde a comunidade e o bairro tornam-se local de aprendizado. Assim, valoriza-se o indivíduo como agente de conhecimento e gerador de cultura.
Espiritualidade
Valorizar a conexão com o sagrado e compartilhando a diversidade com a intenção de viver num mundo melhor.

A seguir, algumas das ações propostas em conexão com cada um dos 8 princípios:

ECOLOGIA

Principais Ações

- Fomentar diálogo permanente sobre "domínio público" e definição de soluções para qualificação dos espaços públicos, proporcionando segurança e qualidade que permita o enraizamento e senso de pertencimento;
- Qualificar vias com a priorização do pedestre, transformando-as em ruas caminháveis, acessíveis, que promovam o encontro e a convivência local;
- Valorizar os elementos da cultura local e a observação da natureza através do mapeamento de espécies nativas e frutíferas e da fauna local, promovendo atividades para observação e reconhecimento da diversidade biológica local;
- Identificar áreas potencialmente públicas;
- Monitorar o grau de incomodidade – níveis de emissão de ruídos, vibração associada, radiação, odor, gases, vapores particulados e fumaça;
- Focar em ações especificas de cunho urbanístico e de infraestrutura integrada e resiliente: uso sustentável do sistema de águas, fontes de energia renováveis, gestão de resíduos, mobilidade urbana sustentável, proteção ambiental e eficiência nas edificações novas e existentes.

Sistemas de Águas Urbanas – Potáveis e Não Potáveis

- Estimular a criação de infraestruturas verdes levando em consideração: aumento das áreas verdes e permeáveis; maior número de árvores, com plantio onde estas inexistam ou sejam escassas e a proteção e abertura de caixas daquelas que estão sofrendo com maus tratos;
- Preservar as nascentes e estimular a captação da água que produzem ao invés de irem para o esgoto/drenagem, sendo mantidas e não escondidas por debaixo de edificações;
- Desapropriar terrenos baldios, criando micro áreas de preservação e espaço de lazer;
- Priorizar as áreas de alta declividade, onde há riscos de deslizamento;
- Contribuir com a qualificação das águas nas bacias hidrográficas, especificamente a do rio Pinheiros;
- Estimular a construção de biovaletas nas áreas onde as águas escorrem, escadarias e travessas, e canteiros ao seu redor, para que a passagem dos moradores por essas seja agradável e ao mesmo tempo aumentando a captação de água pluvial;
- Criar corredor verde passando por todas as nascentes e áreas verdes principais do bairro, estruturado em calçadas ecológicas, pontos de mirantes, árvores frutíferas, fauna local, ciclovias e ruas caminháveis e acessíveis;
- Mapear, reconhecer e qualificar áreas públicas e o uso consciente de terrenos e edificações ociosos;
- Proteger áreas de topo de montanha e de descarrego do lençol freático;
- Localizar áreas contaminadas e buscar recursos para reversão do quadro;
- Implantar pavimentos permeáveis.
- Avaliar o potencial de redução de consumo de água potável;
- Monitorar e controlar perdas físicas de água (vazamentos) em equipamentos públicos.

Esgoto sanitário e manejo da contaminação das águas

- Desenvolver ação específica por bacia hidrográfica – das nascentes à foz - para planejar, implantar e operar soluções que tragam a descontaminação e a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, a iniciar pelo Estudo do Córrego das Corujas;
- Adotar soluções localizadas para efluentes domésticos, implantar sistemas alternativos individuais e condominiais;
- Adotar sistema de monitoramento comunitário, em parceria com SOS Mata Atlântica (Kit Observatório dos Rios), definindo locais de análise da água e realizando o treinamento dos voluntários/moradores que farão a coleta de dados em associação com escolas locais.

Equipamentos Sociais e Mobiliários/Aparelhos

- Avaliar o atendimento dos equipamentos básicos de educação, saúde, assistência social, segurança, cultura e de esportes e de lazer;
- Avaliar a qualidade de mobiliário e aparelhos dispostos nos espaços de domínio publico.

Iluminação Pública

- Gerar iluminação adequada à manutenção da vegetação;
- Melhorar a iluminação para o pedestre e demais transeuntes não motorizados;
- Melhorar a iluminação de praças.

Exemplos práticos: as ruas Tabocas e Miguel Rodrigues, dentre outras. Sendo essa uma reclamação constante dos moradores, observa-se que há muitas ruas mal iluminadas, especialmente devido as lâmpadas se situarem acima da copa das árvores. O mesmo problema acontece em muitas das praças da região.

Anexo: mapa "Iluminação e Pontos de Ônibus"

Sistema de Energias – Eficientização e Soluções Renováveis

- Avaliar o potencial de redução de consumo energético;
- Fomentar métodos de eficiência energética comunitária/pública e domiciliar;
- Promover campanhas de engajamento, controle e acompanhamento por monitores voluntários que observem: Como o bairro hoje é abastecido de energia? Qual é a média de consumo no bairro em kWh e em R$? Qual é o entendimento dos moradores sobre as necessidades energéticas? Quais são as formas e incentivo que poderiam ser usadas? Qual o consumo mensal? O uso de ar condicionado é constante no bairro? Mapear os projetos de engajamento;
- Fomentar a cogeração local através de energia renovável como painéis solares fotovoltaicos para iluminação pública e domiciliar. Exemplo: Na festa junina do bairro de 2016, a "Barraca do Bairro" foi iluminada por energia solar, sendo um exemplo local.
- Promover o uso de aquecedores solares de água para economia da energia
- Promover diálogo sobre o enterramento de redes aéreas (energia, TV a cabo, telecomunicações) nas vias prioritárias do bairro e de corredores verdes.

Gestão de Resíduos

- Identificar pontos de despejo viciados. Exemplos indicados pelos moradores: rua Bernarda Luiz com a Nazaré Paulista (aparentemente originário da agência bancária próxima); um terreno baldio na rua Sebastião Rodrigues próximo ao restaurante do Mineiro; rua Eng. Mario Pamponet próximo à Praça das Corujas; avenida das Corujas esquina com a Rua Juranda; terreno em viela ao final da rua Guaianaz da Fonseca; no próprio córrego das Corujas, onde encontram-se jogados entulho e diversos descartes.
- Melhorar a gestão relativa à disposição e coleta seletiva de materiais recicláveis na região;
- Monitorar o volume de resíduos gerados e sua destinação – domiciliar, eletrônicos, da construção civil, de saúde e de podas e feiras. Exemplo prático: por iniciativa dos moradores, em algumas praças do bairro, como a Comendador Manoel de Melo Pimenta, a subprefeitura já realiza a técnica de "mulching", isto é, faz uma coroa das folhas secas em torno das árvores, como forma de gerar os nutrientes orgânicos e manter a umidade;
- Implantar sistema distribuído de compostagem de resíduos orgânicos através de áreas de compostagem pública, para receber o resultado das podas das árvores feitas pela própria prefeitura e a dos jardins dos vizinhos, revertendo o produto destas para as praças e evitando a queima ou o destino inadequado destes resíduos. Meta de implantar container para compostagem para cada praça cuja área seja maior do que 500 m^2. Exemplo prático: composteira pública na Praça Vicentina de Carvalho (esquina com Rua Epeira), observando que já existem tratativas com a subprefeitura de Pinheiros para elaboração de projeto de composteiras em praças públicas.

Mobilidade urbana sustentável

- Projetar o bairro para minimizar o uso interno de veículos motorizados;
- Priorizar o transporte ativo (não motorizado – à pé e por bicicleta) de baixo impacto e custo;
- Ampliar o nível de segurança do pedestre e de ciclistas através da qualificação de vias com tratamento de pavimentos, implantação de acessibilidade e conceito de "desenho universal", garantia de faixa livre de passeio, implantação de faixas elevadas de travessia, tratamento de cruzamentos perigosos com "traffic calming";
- Estabelecer e qualificar ruas verdes e caminháveis
- Criar novas formas de mobilidade urbana: carona solidária, "carsharing", etc.
- Propor, discutir e implantar traçados de ciclovia;
- Criar linha de transporte coletivo nos bairros, com vans, microônibus ou veículos de pequeno porte, preferencialmente elétricos ou com combustíveis não poluentes.

Anexos: mapas "Caminhos Verdes e Nascentes" e "Ruas Caminháveis"

Áreas Verdes e Arborização

- aumentar as áreas verdes e permeáveis, objetivando a maior captação de água pelo solo e minimizar enchentes;
- implantar calçadas permeáveis em pelo menos 50% das calçadas dos bairros, principalmente nas ruas caminháveis e corredores verdes. Exemplo prático de calçada que poderia se tornar permeável: Rua Tulio Ascarelli, próxima à rua Nazaré Paulista;
- plantar maior número de árvores, onde estas inexistem ou sejam escassas, a proteção e abertura de caixas daquelas que estão sofrendo com maus tratos. Meta: uma árvore a cada 8 ou 10 metros onde possível, principalmente nas ruas caminháveis e corredores verdes. Exemplo prático: Projeto piloto do CADES Pinheiros, campanha "Abre a Caixa", que prevê parceria entre o grupo de moradores do Bairro e a Subprefeitura para a reforma das caixas de árvores que estão sendo estranguladas.
  Anexo: folheto da campanha "Abre a Caixa"; e também Quadro 1, adiante
- criar floresta urbana, com mata nativa, em terrenos públicos de alta declividade. Exemplo: área pública localizada entre a Rua Pereira Leite e a rua Orós; Praça Eng. Norivaldo Pera Geral e Praça Dr. Sales Junior, ambas de alta declividade e baixa incidência de árvores
- identificar nascentes para preservá-las e, no futuro, captar a água que produzem ao invés de irem para o esgoto, mantendo-as preferencialmente descobertas e não escondidas por debaixo de edificações, pagando-se por "serviços ambientais" ou desapropriando terrenos baldios onde existam e criando nestes locais micro áreas de preservação e espaço de lazer;
- priorizar as nascentes em áreas de alta declividade, onde há riscos de deslizamento. Desta forma iremos contribuir com a manutenção do sistema hídrico, especificamente a do Rio Pinheiros. Exemplo prático: Já existem várias nascentes identificadas.
  Anexo: mapa "Caminhos Verdes e Nascentes"; e também Quadro 1, adiante.
- levantar áreas verdes já existentes para mantê-las e preservá-las. Todas as áreas já estão marcadas no mapa dos limites dos bairros. A Vila Jataí possui 0,4 km^2 de áreas verdes no total de seus 2,5km^2.

- criar corredores verdes passando por todas as nascentes e áreas verdes principais do bairro, estruturado por ciclovias e caminhos de pedestres em calçadas ecológicas, pontos de mirantes, árvores frutíferas, fauna local e ruas caminháveis. Este corredor uniria os dois bairros, Vila Jataí e Vila Beatriz, transformando-os em bairros-jardins, pontilhados de praças, áreas institucionais, esportivas e zonas de atividade sociocultural. Os corredores verdes previstos em nosso projeto são três:
  - um corredor que se inicia na Praça Valdir Azevedo, passando por todas as nascentes e principais praças dos bairros;
  - dois corredores que se interligam ao primeiro, que seguem a linha do Córrego Belini e Córrego das Corujas, ambos terminando na várzea do Rio Pinheiros, unindo-se também ao corredor verde que se está pleiteando junto à Operação Faria Lima, entre o Parque Ibirapuera e o Parque Vila lobos. É consenso o bem-estar e os inúmeros benefícios de natureza ambiental que tais áreas proporcionam.

Documento em Infraestrutura Verde de São Paulo, o caso do Corredor Verde Ibirapuera-Villa Lobos http://www.fau.usp.br/depprojeto/revistalabverde/edicoes/ed01.pdf

Praças

Entendemos que as praças mereçam cuidados específicos e que possam ser dotadas de serviço de segurança, além de bebedouros ou mesmo banheiros públicos, algo que historicamente São Paulo já teve no passado. Nossas praças devem ter mais permeabilidade do solo, sua cobertura vegetal deve ser aprimorada e também estimulado o reconhecimento de sua fauna e flora. Algumas praças possivelmente ocultem nascentes que precisariam ser mapeadas e protegidas.

O estímulo da relação entre os moradores, pequenos comércios e moradias, de forma a dinamizar a sua função social como local de encontro e inclusão comunitária, bem como o bom acesso à praça, devem ocorrer de forma que os moradores do entorno usufruam e circulem mais nestes locais. Também deve-se pensar em atividades esportivas, ambientais, recreativas e educativas, com alguma frequência. O Movimento Boa Praça atua na Praça François Belanger há oito anos, (www.movimentoboapraça.com.br). Na Vila Beatriz existe a primeira horta comunitária em espaço público da cidade, a Horta das Corujas. Entendemos que estas iniciativas devam ser preservadas e incentivadas nos planos regionais.

As praças devem ser conectadas através de vegetação, de transporte coletivo, de ciclovias, calçadas maiores e mais permeáveis, com acessibilidade e separação bem definida entre carros, bicicletas e pedestres. Sugerimos que recebam verbas de outorga e compensações ambientais para que haja maior manutenção e, finalmente, apoiamos a gestão participativa das praças do município de São Paulo nos termos da Lei 16.212/2015.

Nova Construção ou Retrofit de Edificações Existentes

Promover o engajamento local na eficientização das construções gerando economia de energia e qualidade e conforto no uso dos ambientes construídos, através de:

- construção focada em uma utilização sustentável, baseada em design que considera a natureza e seu sistema de ciclagem de recursos, nutrientes e energia, proporcionando um resultado de baixo impacto no ambiente. Utilização de sistema construtivo que não apenas conserva energia, mas que incorpora o próprio conceito de ecologia e desenvolvimento em seus processos, isto é, redução do uso de recursos naturais, do impacto ambiental da obra e do consumo de energia e água dos usuários.

- retrofit sustentável, revitalizando e atualizando as edificações existentes para aumentar sua vida útil, através da incorporação de modernas tecnologias e materiais saudáveis e de qualidade. Trata-se de uma alternativa para se reformar e revitalizar o ambiente construído, suas instalações e equipamentos, preservando e valorizando a edificação existente.

Em ambas as situações deve-se:
- propor ou adequar as edificações, buscar formas para minimizar as necessidades de energia e harmonizar-se com a envoltória utilizando: espaços comuns (construções, ambientes compartilhados, ambientes e espaços multiuso), soluções para conforto térmico e técnicas locais;
- orientar as construções para obter melhor aproveitamento de luz, ventilação e conforto térmico.

No caso de reforma, cabe:
- propor aumento do tamanho e forma das aberturas para melhor aproveitamento da ventilação ou iluminação natural;
- criar microclimas favoráveis com o uso de plantas;
- integrar a paisagem local (cores e volumes);
- fazer uso racional utilizando economizadores de água;
- utilizar irrigação por gotejamento, implantar bacias sanitárias de menor consumo com duplo fluxo.

Objetivando alcançar melhorias para o bairro, elencamos abaixo as possibilidades iniciais de implantação das propostas decorrentes da aplicação do princípio da ECOLOGIA, através de pesquisas e colaboração dos vizinhos:

Quadro 1 - Lista de Áreas e Pontos de Localização para Futuras Áreas Verdes Permeáveis e Composteiras, Terrenos Baldios com as Nascentes Principais e Áreas de Urgência para Plantio de Árvores

Pça Japubá	Escadão ao lado da Igreja: transformar parcialmente em área verde, permeável BIO_VALETA https://goo.gl/BPs8I9
Pça Japubá – saída - Continuação pelo escadão ao lado dos prédios	Escadão ao lado do prédio: transformar parcialmente em área verde, permeável BIO_VALETA https://goo.gl/Zy6HX3
Rua Aecri, altura 186	Terreno vazio bem em frente a saída da escadaria, possui nascentes https://goo.gl/vK2ZgF NASCENTE - PRESERVAR
Rua Tarubá	2 terrenos grandes vazios no entroncamento de ruas – várias NASCENTES - PRESERVAR https://goo.gl/Dchnyn
Rua Caminha de Amorim com Rua Livi	3 Canteiros possíveis – CANTEIROS PERMEÁVEIS https://goo.gl/DaFxmr
Travessa Mestre Ambrósio	Passagem ao lado do No 323 da Rua Pereira Leite. Substituir por área permeável - BIO_VALETA https://goo.gl/VV7aAZ
Rua Afonso José de Carvalho 135	Mangueira muito grande com colo cimentado. Precisa urgente que a caixa seja aumentada. ÁRVORE EM RISCO https://goo.gl/ceJFu1
Entroncamento da Rua Afonso José de Carvalho com Rua Túlio	Área de centralidade – comércio local, onde poderia ser um largo/canteiro de área permeável. - CANTEIROS PERMEÁVEIS

Ascareli	Melhora o fluxo, diminuindo velocidade dos carros https://goo.gl/cDzTa4
Rua Cerro Corá com Rua Antônio Borba	Possíveis canteiros e área permeável - CANTEIROS PERMEÁVEIS https://goo.gl/ND6nwI
Rua Cerro Corá toda	Possíveis canteiros e área permeável nos canteiros centrais e plantio de árvores - CANTEIROS PERMEÁVEIS PLANTIO DE ÁRVORES
Rua das Tabocas esq. Rua Leão Coroado	Possíveis canteiros e área permeável - CANTEIROS PERMEÁVEIS https://goo.gl/zq0hLd
Rua Antônio Barletta esq. Rua Gomercindo Fleury	Possíveis canteiros e área permeável - CANTEIROS PERMEÁVEIS https://goo.gl/FTM4g6
Rua Joaquim Seabra	Fim da rua possibilidade de área permeável e plantio de árvore - CANTEIROS PERMEÁVEIS PLANTIO DE ÁRVORES
Rua Caraça esq. Rua Aquiramun	CANTEIROS PERMEÁVEIS PLANTIO DE ÁRVORES https://goo.gl/PvKE5y
Rua Alfredo Pirajibe	PLANTIO DE ÁRVORES e melhoria das calçadas que não permitem os pedestres andarem por elas https://goo.gl/VL9W0g
Rua Ministro Américo Marco Antônio	Substituir por área permeável - BIO_VALETA https://goo.gl/RfTQ2m
Rua Ministro Américo Antônio esq. Rua Visc. de Araruama	CANTEIROS PERMEÁVEIS https://goo.gl/Sr7GF1
Rua Mario Pamponet esq. Rua Visc. de Araruama	CANTEIROS PERMEÁVEIS https://goo.gl/kUrSBt
Rua Alberto Seabra	Em toda sua extensão - PLANTIO DE ÁRVORES
Praça Profa. Emília Barbosa Lima esq. Rua Alvilândia	CANTEIROS PERMEÁVEIS https://goo.gl/b7QK5P
Rua Florária	Em toda sua extensão - PLANTIO DE ÁRVORES https://goo.gl/oPEZMn
Praça Carlos Monteiro Brisolla com Rua Padre Cerdá.	Local proposto para composteira Vila Jataí. https://goo.gl/OZ2xpM
Ra Andrade Fernandes cruzamento com Rua D. Eliza de Moraes Mendes	CANTEIROS PERMEÁVEIS https://goo.gl/BRpaH4
Rua Epeira com Praça Vicentina de Carvalho	Trecho da Praça destacado desta pela passagem da Rua Epeira Local proposto para composteira Vila Beatriz. https://goo.gl/tOKxQc
Praça Eng. Norivaldo Pera Geral, Praça Dr. Sales Junior, Rua Orós altura do n.291	FLORESTA URBANA https://goo.gl/JJldqB
Escadaria inicio Rua Artur Riedel em frente ao No 191 e sobe até a rua Pedro de Souza Campos Filho ao lado do nº 261	BIOVALETA https://goo.gl/yH7TF9
16 nascentes assinaladas no mapa anexo “Caminhos Verdes e Nascentes”	NASCENTES: PRESERVAR
TODAS AS ROTATÓRIAS E REGULADORES DE TRÁFEGO	Diversos cruzamentos de ruas foram detectados e outros ainda serão. Todos deveriam ser CANTEIROS PERMEÁVEIS
Corredores definidos em mapa anexo	Corredor verde das nascentes Corredor verde do Córrego Belini Corredor verde do Córrego das Corujas

Fonte: GT Áreas Verdes e moradores dos bairros Vila Jataí e Vila Beatriz.

SAÚDE

Principais ações:

- disponibilizar, produzir e distribuir alimentos saudáveis, através de feiras de produtores orgânicos, bem como promovendo a produção local através de agricultura urbana e de hortas comunitárias;
- identificar terrenos abandonados e espaços em praças para cultivar florestas de alimentos e para a criação de espaços lúdicos e de produção alimentar;
- fomentar em escolas a criação de hortas como instrumento do processo educacional, também abertas à comunidade;
- identificar locais para abrigar feiras orgânicas;
- criar territórios saudáveis e rede de saúde para todas as formas de vida.

ECONOMIA

Principais ações:

- buscar equidade no território a partir de metas como diversidade social e moradia para pessoas de baixa renda (estimulando o investimento em moradias populares), como por exemplo a área onde está situado o Mangue (entre as ruas Girassol, Fradique Coutinho e Francisco Isoldi) ou ainda as casas cortiços situadas nas ruas Atimba, Joao Damasceno Fernandes ou Aecri entre outras;
- apoiar e proteger os pequenos comerciantes da região;
- mapear o potencial de economia criativa;

CULTURA

Principais ações:

- traçar o perfil socioeconômico, emprego, renda e projeção populacional para horizontes de estudo e projetos;
- resgatar, registrar e proteger a história das localidades, em especial atenção aos antigos moradores dos bairros;
- valorizar o patrimônio natural e histórico local;
- promover a celebração de datas comemorativas e festas temáticas comunitárias: festa junina, aniversário dos bairros, festas natalinas, passeios temáticos, etc.

POLÍTICA

Principais ações:

- buscar entendimento sobre “Função Social da Cidade e da Propriedade”, tema central da 7ª Conferência Nacional das Cidades;
- participar das discussões sobre Plano Regional no CADES Pinheiros;

- identificar planos, programas e projetos existentes em várias instâncias;
- estimular a existência de políticas integradas envolvendo comunidade, subprefeitura e secretarias;
- estimular a autogestão dos territórios e gestão pública participativa e democrática descentralizada;
- promover o diálogo e relacionamento entre vizinhos e espaços de estimulo ao aprofundamento dessas relações;
- promover decisões coletivas e comunitárias sobre as questões e soluções comuns com participação dos moradores. Exemplo: ações bem sucedidas já realizadas, como o envolvimento comunitário dos dois bairros durante a lei de zoneamento e para a festa junina.

COMUNICAÇÃO (SOCIAL)

Principais ações:

- utilizar ferramentas de mobilização e conexão com os locais, por meio de redes sociais, grupos de e-mail, contatos telefônicos. Exemplo: já existem grupos de e-mail, Facebook, blog dos bairros e WhatsApp por tipo de atuação.
- promover encontros e reuniões frequentes entre moradores para diálogo sobre aspectos para desenvolvimento, aprofundamento e tomada de decisão;
- desenvolver campanhas e informação para todos os moradores casa-a-casa.

Tecnologia Social

- Parceria com o sistema POP que possibilita a promoção, a formação e a interação entre múltiplos grupos de interesse. Neste processo ciclos sucessivos de colaboração mediados por um sistema de informação criam dinâmicas complexas responsivas inteligentes e sensíveis a contextos culturais e ambientais para ações de governança compartilhada.

EDUCAÇÃO

Principais ações:

- conhecer dados locais e construir mapas georreferenciados;
- disseminar esse conhecimento em diferentes locais do território, em escolas, e disponibilizar amplamente;
- promover oportunidades socioeducativas no processo de desenvolvimento dos estudos e projetos exercitando o “aprender fazendo juntos”;
- ampliar as oportunidades que permitam aos moradores a apropriação de novos saberes;
- criar maquete das áreas das bacias hidrográfica para melhor compreensão das características locais.

ESPIRITUALIDADE

Principais ações:

- promover ações que desenvolvam maior apego afetivo das pessoas aos bairros em que vivem, predispondo-as a participar de atividades e iniciativas que possam preservar suas qualidades e avançar em projetos comunitários que possam melhorá-lo cada vez mais.

OUTROS ECOBAIRROS

- As propostas acima esboçadas devem ser priorizadas, desenvolvidas e implantadas ao longo do tempo, não só nas Vila Jataí e Beatriz, mas talvez para todas as regiões com alguma semelhança em toda a cidade de São Paulo. Evidentemente, também poderão ser adicionadas outras propostas, conforme as demandas locais identificadas.

Equipe de desenvolvimento:

Cecilia Lotufo
Thais Mauad
Jussara Nery
Flavio Scavasin
Cristina Xavier
Maria Eugênia Vanzolini
José Otávio Siqueira Cunha
Mario Pecoraro
Paulo Antonio Bellizia
Miklos Hromada
José Roberto Bandouk
Mauricio Ramos de Oliveira
Maria Bonafé
Marilena Fajersztajn
Isabel Marão

Técnicos - Especialistas:

Lara Freitas – Programa Ecobairro
Cristina Haas
Gustavo - SOS Mata Atlântica
Equipe da empresa Ambiens

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

São vários os autores que vêm propondo e aplicando caminhos visando fomentar assentamentos humanos sustentáveis. O Quadro 2 dá uma panorâmica dessas possibilidades.

Quadro 2 - Critérios e instrumentos de análise de assentamentos humanos sustentáveis

Autores	Principais critérios de análise – setores e Princípios
ANDRADE, Liza. Princípios de Sustentabilidade (2005)	Proteção ecológica (biodiversidade), adensamento urbano, revitalização urbana e sentido de vizinhança, economia local, transporte sustentável, moradias economicamente viáveis, gestão integrada da água, energia alternativas, políticas baseadas nos 3Rs.
AMADO, Miguel Pires. Planejamento urbano sustentável (2012)	Social, urbanístico, econômico, ambiente, ambiente econômico, ambiente social,
MELAHDO, Ana Rocha. Projetar e Construir Bairros Sustentáveis (2013)	Zero carbono, gestão de resíduos, transporte sustentável, coesão social, materiais sustentáveis, gestão da água, biodiversidade, patrimônio cultural, qualidade de vida, edificação sustentável
RUEDA, Salvador. Urbanismo Ecológico (2006)	Uso eficiente do solo, habitabilidade na habitação e no edifício, coesão social, espaço público de qualidade, máxima autossuficiência e fluxos metabólicos, mobilidade sustentável, biodiversidade, diversidade de usos e funções urbanas
Eco+quartier = Quartier Durable VEYRET e LE GOIX (2010)	Solidariedade e da luta contra a exclusão, acessibilidade, desenvolvimento econômico e o emprego, cultura, informação e comunicação, resíduos e poluição, terrenos e propriedades, tratamento do espaço, infraestruturas e espaços públicos, habitação e construção
EA.EU Designing Ecologiccal Settlements (1997)	Construção saudável, aquecimento, sistema de energia, água, espaços públicos, tráfego, conceito social, arquitetura, design, planejamento urbano
ASC – *Community Sustainable Assestment* (2003)	Ecologia, economia, política, cultura, saúde, comunicação, educação; espiritualidade.
Biorregional e CABE (2008)	Habitação, construção e manutenção; energia em casa; transporte, alimentos, bens de consumo, serviços e infraestruturas governamentais e empresariais; resíduos.
Disco EGAN (2004) para comunidades sustentáveis (2004)	Habitação e ambiente construído, social e cultura, governança, transporte e conectividade, serviços, ambiente, igualdade, economia
Paul James et al. (2015) – Círculo de sustentabilidade	Resiliência ecológica, prosperidade econômica, engajamento político, vitalidade cultural
One Planet Living - Bioregional, WWF (2006)	Emissão zero de CO_2; gestão sustentável da água, transporte sustentável, utilização de materiais locais e sustentáveis; alimentação local e sustentável, resíduo zero, preservação dos ambientes aquáticos, comércio justo, qualidade de vida e bem-estar

Agenda 21 Brasileira (2004)	Produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício; ecoeficiência e responsabilidade social das empresas; retomada do planejamento estratégico, infraestrutura e integração regional; energia renovável e a biomassa; Informação e conhecimento para o desenvolvimento sustentável; educação permanente para o trabalho e a vida; promover a saúde e evitar a doença, democratizando o SUS; inclusão social e distribuição de renda; universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde; gestão do espaço urbano e a autoridade metropolitana; desenvolvimento sustentável do Brasil rural; promoção da agricultura sustentável; promover a Agenda 21 Local e o desenvolvimento integrado e sustentável; preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas; política florestal, controle do desmatamento e corredores de biodiversidade; descentralização e o pacto federativo: parcerias, consórcios e o poder local; modernização do Estado: gestão ambiental e instrumentos econômicos; relações internacionais e governança global para o desenvolvimento sustentável; cultura cívica e novas identidades na sociedade da comunicação; pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade.
Selo Caixa Azul (2010)	Qualidade urbana, Projeto e Conforto, Eficiência energética, conservação de recursos materiais, gestão da água, práticas sociais
ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade	Cidade sustentável, cidade de baixo carbono, recursos eficientes e cidades produtivas, cidades resilientes, biodiversidade, smart city, cidade da ecomobilidade, comunidades saudáveis, felizes e inclusivas, sustentabilidade local, econômica e aquisições, região sustentável.

Fonte: FREITAS, Lara Cristina Batista. Análise de Assentamentos Humanos Sustentáveis: experiências relevantes de Ecobairros e Ecovilas. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

Documentos legais de apoio

- *Lei Federal n.o 10.257/2001 – Estatuto da Cidade*
  Trouxe diretrizes e instrumentos voltados a garantir a função social da cidade e da propriedade urbana, a regulação pública do solo, ao enfrentamento de distorções do crescimento urbano e à construção democrática das cidades, positivando um novo direito no ordenamento jurídico brasileiro: o direito às cidades sustentáveis. Reconhecendo o direito à cidade e à cidade sustentável, o passo a frente a ser dado é o de não só ter esse direito estabelecido no cotidiano das cidades, mas também o compromisso e a responsabilidade coletiva por ajudar a construí-la e mantê-la sustentando uma visão integrada e de longo prazo.

- *Plano Diretor Estratégico*
  Sob o enfoque do PDE, a ação no perímetro Ecobairro irá também promover a viabilização do que está preconizado no Art. 8º que visa "garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões: I - a dimensão social, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito a moradia, a mobilidade, a infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais; II - a dimensão ambiental, fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município; III - a dimensão imobiliária, fundamental para garantir a produção dos edifícios destinados a moradia e ao trabalho; IV - a dimensão econômica, fundamental para garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda; V - a

dimensão cultural, fundamental para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos".

Os aspectos também previstos no PDE com relação à Rede Hídrica Ambiental, no art. 25 aponta objetivos relacionados à ampliação de áreas permeáveis, integrar vegetação significativa, proteger nascentes, recuperar áreas degradadas, articular caminhos de pedestres e ciclistas, dentre outros aspectos.

Quanto aos aspectos da rede de estruturação local, considera a articulação dos elementos locais dos sistemas urbanos e ambientais: I - sistema de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres; II - sistema de saneamento ambiental; III - sistema de mobilidade; IV - sistema de equipamentos urbanos e sociais; V - polos e centralidades previstos na política de desenvolvimento econômico sustentável.

Do ponto de vista dos Objetivos e Diretrizes do Sistema de Saneamento Ambiental, no Art. 200, são objetivos: I - acesso universal ao saneamento básico; II - conservação dos recursos ambientais; III - recuperação ambiental de cursos d'agua e fundos de vale; IV - não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Como importante componente, diz o art. 101 que, para a elaboração da listagem de que trata o art. 100, a Prefeitura poderá realizar levantamento para identificar os imóveis que se caracterizem como não edificados, subutilizados ou não utilizados; analisar indicações de imóveis e áreas feitas por pessoas físicas e jurídicas.

Reza o art. 119 que, de acordo com o art. 31 da Lei no 14.933, de 5 de junho de 2009, que instituiu a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo, lei específica deverá estabelecer fator de redução da contrapartida financeira a outorga onerosa para empreendimentos que adotem tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis, considerando, entre outros: o uso de energias renováveis, eficiência energética e cogeração de energia; a utilização de equipamentos, tecnologias ou medidas que resultem redução significativa das emissões de gases de efeito estufa ou ampliem a capacidade de sua absorção ou armazenamento; o uso racional e o reúso da agua; a utilização de materiais de construção sustentáveis.

Já o art. 136 preconiza que, referente aos Projetos de Intervenção Urbana - PIU, elaborados pelo Poder Público, objetivam subsidiar e apresentar as propostas de transformações urbanísticas, econômicas e ambientais nos perímetros onde forem aplicados os instrumentos de ordenamento e reestruturação urbana, como as operações urbanas, as áreas de intervenção urbana, áreas de estruturação local e concessão urbanística. O PIU deverá indicar os objetivos prioritários da intervenção, as propostas relativas a aspectos urbanísticos, ambientais, sociais, econômico-financeiros e de gestão democrática, dentre as quais: estudo do perímetro para a realização do Projeto de Intervenção Urbana; indicações, por meio de mapas, desenhos ou outras formas de representação visual, das intervenções propostas; indicações, por meio de quadros, mapas, desenhos ou outras formas de representação visual, dos parâmetros de controle do uso, ocupação e parcelamento do solo propostos, quando aplicável, para o perímetro do Projeto de Intervenção Urbana; intervenções urbanas para melhorar as condições urbanas, ambientais, morfológicas, paisagísticas, físicas e funcionais dos espaços públicos; soluções para as áreas de risco e com solos contaminados; dentre outros aspectos.

Observa-se ainda que, no inciso 2º, os **Projetos de Intervenção Urbana** das Áreas de Estruturação Local devem estar em consonância aos Planos Regionais Estratégicos, aos Planos de Bairro e aos planos setoriais das políticas dos Sistemas Urbanos e Ambientais.

No art. 194 do PDE, temos como objetivos da Política Ambiental a: implementação, no território municipal, das diretrizes contidas na Política Nacional de Meio Ambiente, Política Nacional de Recursos Hídricos, Politica Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional e Municipal de Mudanças Climáticas, Lei Federal da Mata Atlântica, Sistema Nacional de Unidades de Conservação e demais normas e regulamentos federais e estaduais, no que couber; II - conservação e recuperação do meio ambiente e da paisagem; III - proteção dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas; IV - redução da contaminação ambiental em todas as suas formas; V - garantia de proteção dos recursos hídricos e mananciais de abastecimento; VI - priorização de medidas de adaptação as mudanças climáticas; VII - incentivo a adoção de hábitos, costumes e práticas que visem a proteção dos recursos ambientais; VIII - produção e divulgação de informações ambientais organizadas e qualificadas; IX - estimulo as construções sustentáveis.

Finalmente, o art. 272 prevê um Programa de Recuperação de Fundos de Vale e composto por intervenções urbanas nos fundos de vales, articulando ações de saneamento, drenagem, implantação de parques lineares e urbanização de favelas.

- *Lei de Uso e Ocupação do solo*

- *PDE - Planos Regionais e Planos de Bairro*

- Políticas e Planos Setoriais:
  - *Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável;*
  - *Política e Sistema de Mobilidade;*
  - *Política e Sistema Ambiental;*
  - *Política e Sistema de Saneamento Ambiental;*
  - *Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres – Plano de Áreas Protegidas e Áreas Verdes e espaços Livres, Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, de Arborização Urbana, da Mata Atlântica;*
  - *Desenvolvimento Social e Sistema de Equipamentos Urbanos e Sociais;*
  - *Política de Habitação Social – Plano Municipal de Habitação;*
  - *Politica de Proteção ao Patrimônio Arquitetônico e Urbano;*
  - *Sistema de Infraestrutura;*
  - *Plano Municipal de Redução de Riscos;*
  - *Plano de Gestão das Áreas Públicas;*
  - *Planos Setoriais de Educação, Saúde, Esportes, Assistência Social e Cultura;*
  - *Planos Regionais das Subprefeituras no Sistema de Planejamento;*
  - *Plano de Bairro no Sistema de Planejamento*

- *Lei de Mudanças Climáticas – Nacional, Estadual, Municipal*

- Normas técnicas
  - *ABNT 9050 – Acessibilidade*

- *Agenda 2030 / ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*

  - *Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.*
    Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/ L10257.htm.

Experiências relevantes e boas práticas

- Ecobairros
- Projetos urbanos
- Coletivos e movimentos

Referências

- Livro Cidade para pessoas (Jan Ghel)
- Livro Morte e Vida nas Grandes Cidades (Jane Jacobs)
- Livros, cartilhas e experiências sobre planos de bairro

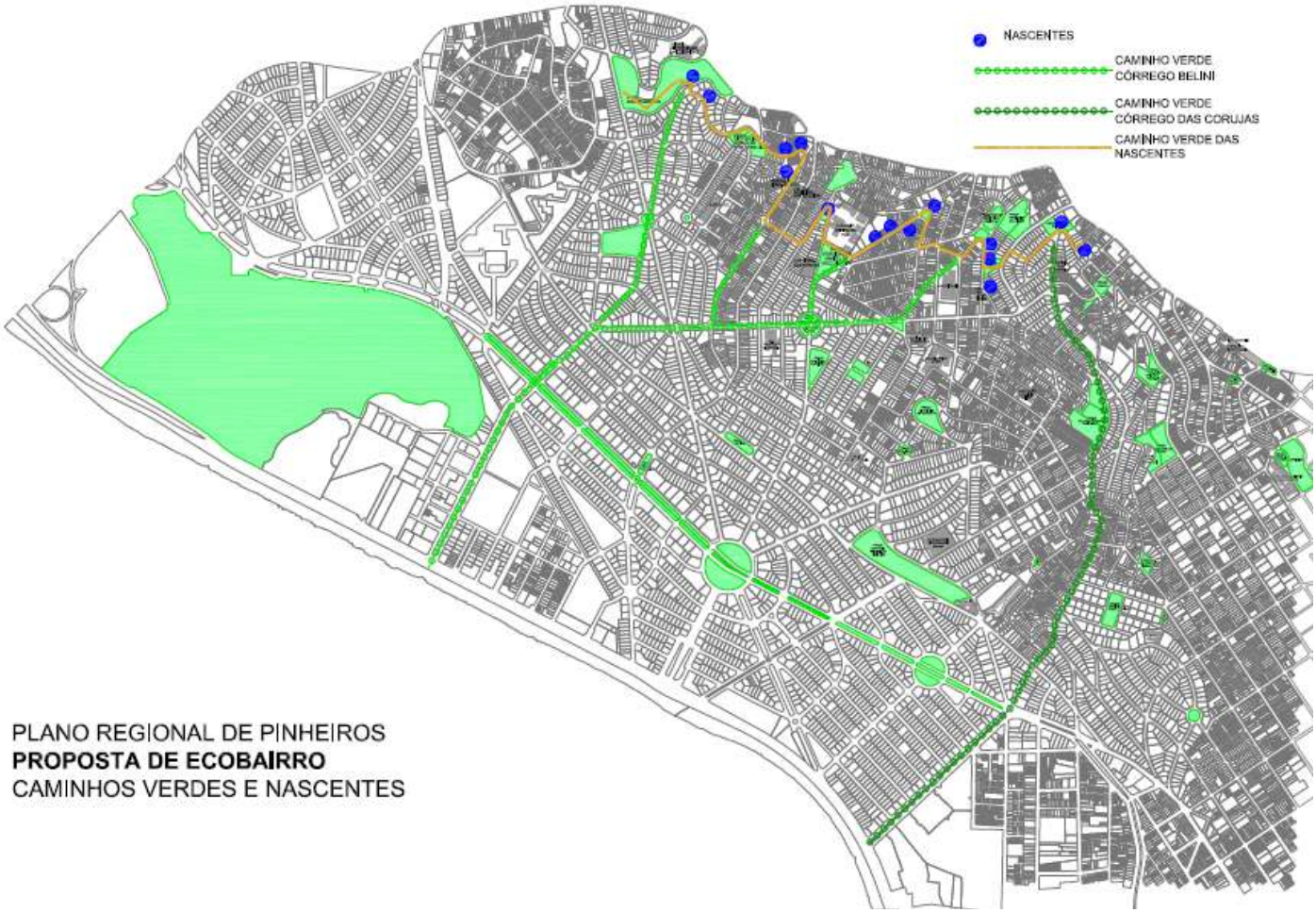
ANEXOS

- Mapa Caminhos Verdes e Nascentes
- Mapa Propostas do GT Áreas Verdes
- Mapa Iluminação e Pontos de Ônibus
- Mapa Ruas Caminháveis
- Folheto da campanha “Abre a Caixa”

Parceiros

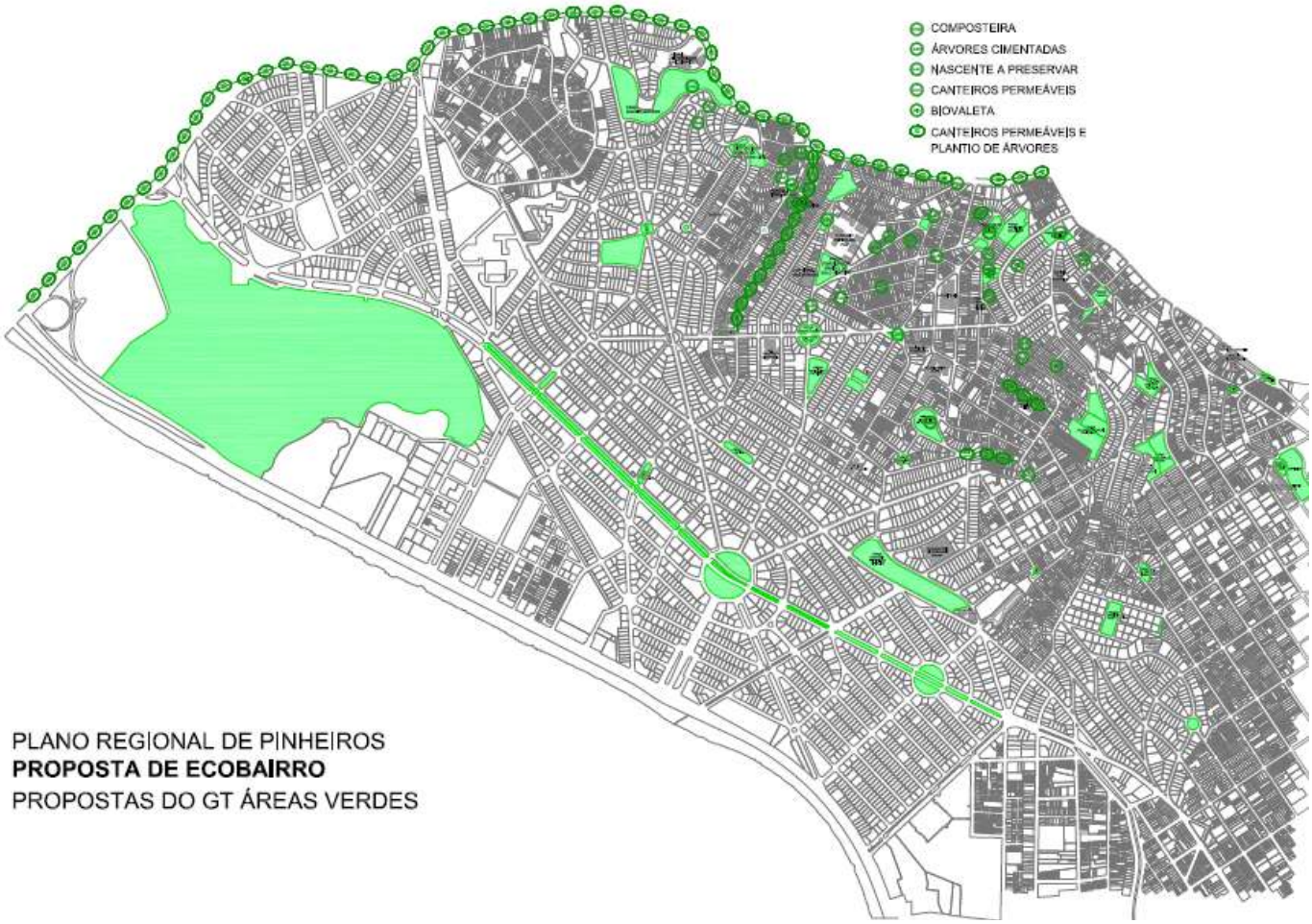
ANEXO

Caminhos Verdes E Nascentes



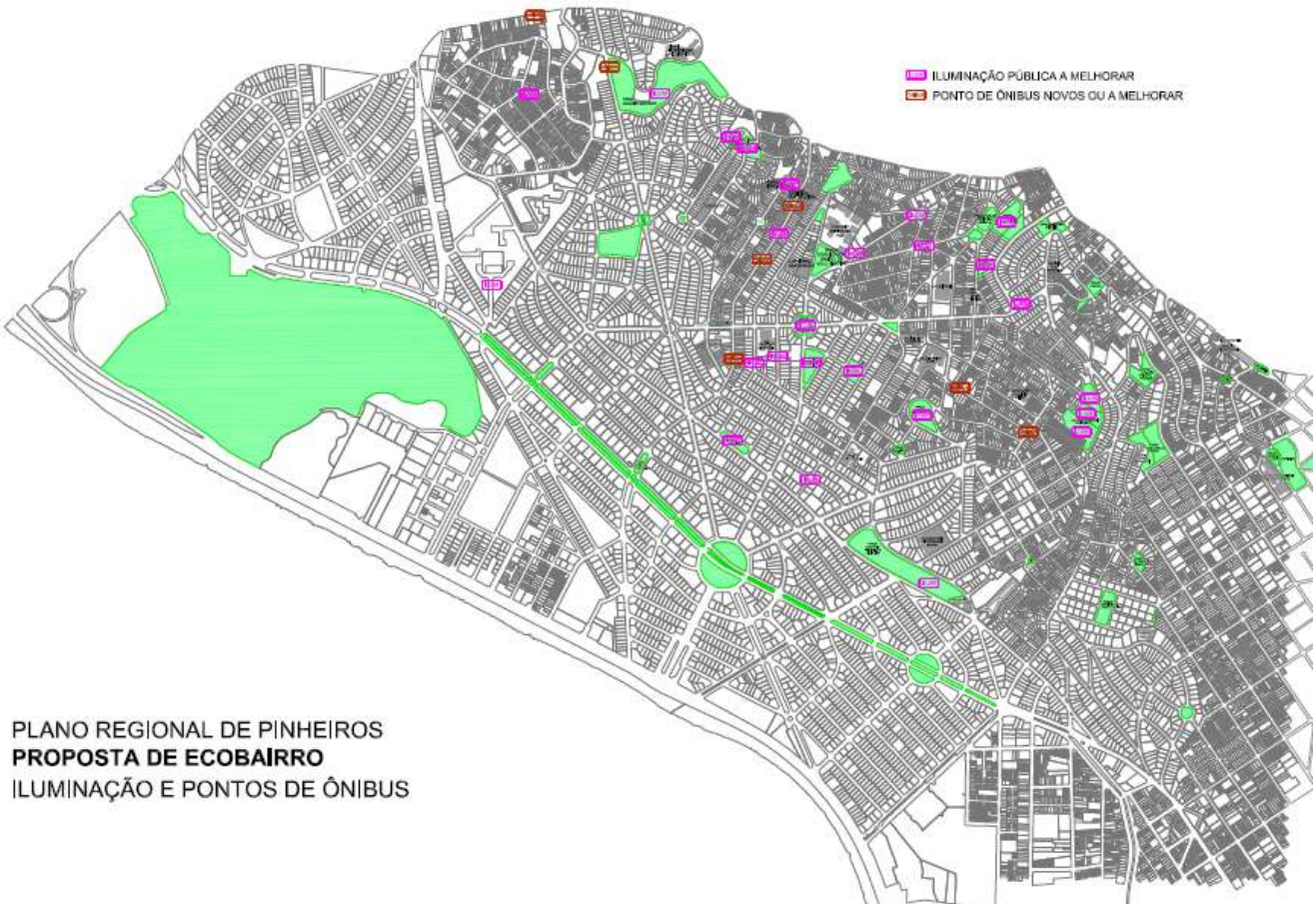
ANEXO

Propostas do GT Áreas Verdes



ANEXO

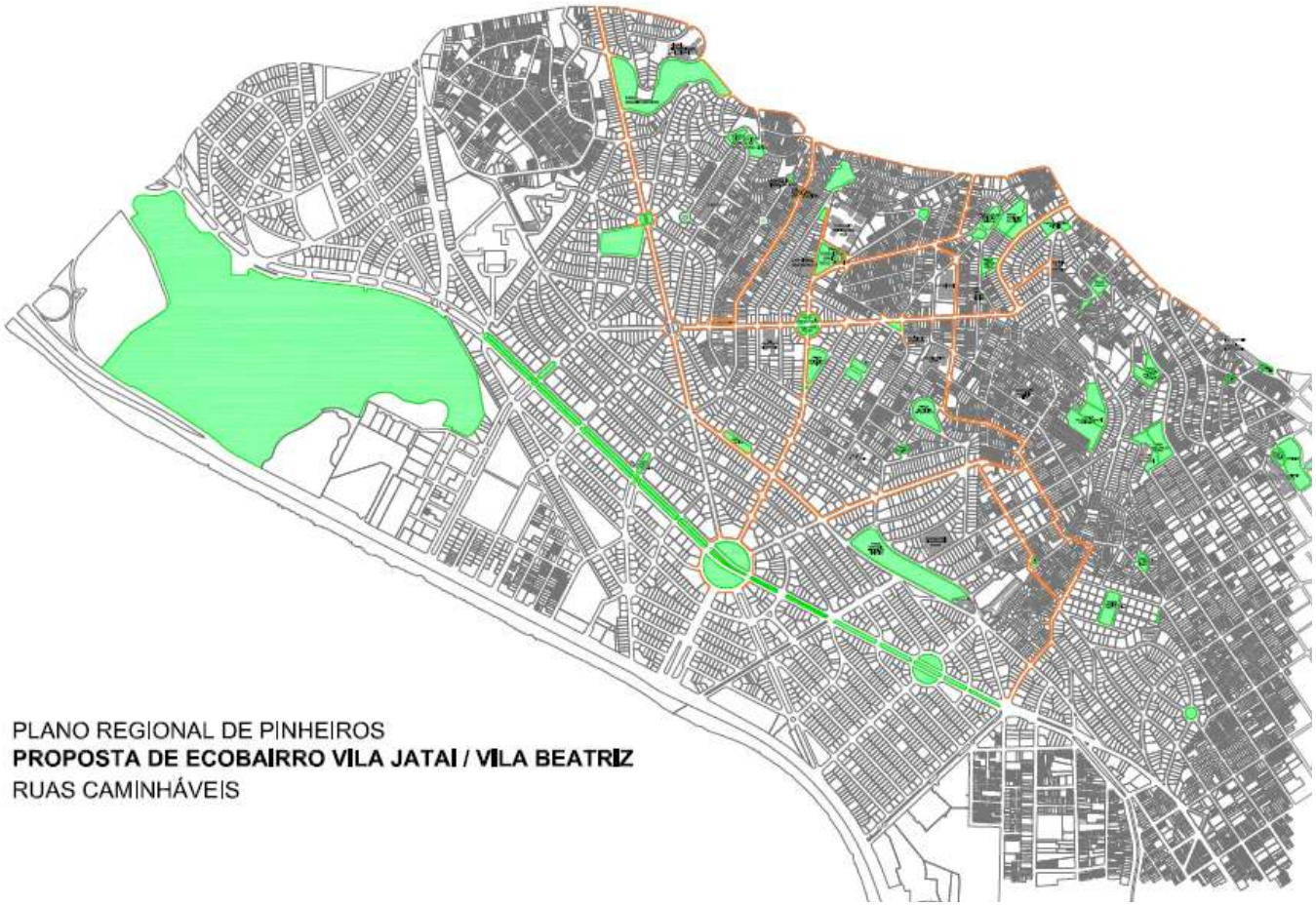
Iluminação e Pontos de Ônibus



Parceiros

ANEXO

Ruas Caminháveis



Parceiros

ANEXO

Folheto da campanha “Abre a Caixa”



Frente



Verso